

MUSEU DA PESSOA



Museu da Pessoa

Uma história pode mudar seu jeito de ver o mundo.

Quinta do Sumidouro na memória e vida de seus moradores (QS)

Para restaurar pessoas

História de [Rogério Tavares de Oliveira](#)

Autor: [Museu da Pessoa](#)

Publicado em 04/10/2013

Quinta do Sumidouro na Memória e Vida de seus Moradores

Realização Museu da Pessoa e Instituto Camargo Corrêa

Entrevista de Rogério Tavares de Oliveira

Entrevistado por Danilo Eiji e Monica Machado

Quinta do Sumidouro, 08 de setembro de 2013

Código QS_HV004

Transcrito por Karina Medici Barrella

Revisado por Izadora Telles

P/1 – Bom, Rogério, inicialmente queria agradecer por você nos dar essa entrevista, dar um pouquinho do seu tempo pra contar um pouco da sua história. Obrigado. E, pra efeito de identificação do nosso documento, eu queria que você falasse o seu nome completo, o local e a data do seu nascimento.

R – Meu nome é Rogério Tavares de Oliveira. Nasci em Pedro Leopoldo, em 18 de novembro de 1969.

P/1 – Perfeito. Rogério, antes de começar a falar da sua história mesmo, eu queria saber um pouco das suas origens, família. Você conheceu a história da sua família, seus avós? Você pode contar o nome deles, de onde eles vieram?

R – Bom, meus avós paternos, a Diva Luzia e o seu José Fábio, eles são naturais de Caratinga, Minas Gerais. Moraram em São Paulo muitos anos até que, mais recentemente, retornaram para Belo Horizonte. Os dois já faleceram. É um lado onde eu não tive tanto contato quanto o lado materno, né? Os meus avós maternos eram Lourdes Pereira e o seu Joaquim Tavares de Souza. A minha avó é de uma família de muitos irmãos, trabalhou na escola que eu estudei no Grupo São José em Pedro Leopoldo e casou-se com o seu Joaquim que, nascido em Cordisburgo, veio pra Pedro Leopoldo onde ele fundou a primeira gráfica de Pedro Leopoldo, em 1924. Até hoje nós temos, já dirigida pelos meus primos, a Gráfica Tavares, que é uma gráfica que vai fazer 90 anos no ano que vem. É a pioneira nesse meio do ramo gráfico. Meu avô, ele ainda é do tempo da tipografia, fazia panfletos, impressos, impressos de luto e também ele gostava muito de jogar na loteria e morava em frente à estação de trem em Pedro Leopoldo. Então, ali era onde as coisas aconteciam também porque se chegava e se saía pela linha, que era a estrada de ferro Central do Brasil. E a gente sempre teve aquela referência de ir pra casa da minha avó e brincar e ver as coisas acontecendo ali, além dos familiares, parentes, que moravam mais pro meio rural da cidade de Pedro Leopoldo e sempre passavam ali na casa da minha avó como referência de quem via do meio rural, passava ali, ou deslocava-se pra Belo Horizonte de trem também, porque tinha um trem de passageiros etc. Então, no caso dos meus avós, eles tiveram cinco filhos, dentre eles quatro homens e a minha mãe, a única mulher da família do lado Tavares.

P/1 – Essa cidade, esse começo, assim, eles guardaram fotos, guardaram panfletos? Vocês têm essas relíquias de família?

R – Sim, temos. Inclusive uma foto bem tradicional é uma foto do meu avô imprimindo numa daquelas impressoras manuais, é uma foto de referência que foi colocada num porta-retrato hoje, está lá na gráfica e acabou ficando para um tio e hoje os primos que gerenciam a gráfica. Então tem impressos. Lá em Pedro Leopoldo existe o que se chama de um memorial, que é um arquivo que também está lá. Esse material está num arquivo público municipal que é pertencente ao Geraldo Leão. O Geraldo Leão foi guardando acervos da cidade, principalmente fotos, sons, imagens, e ele tem algumas referências relacionadas à tipografia do meu avô também.

P/1 – Esse seu lado da família foi um pouco pioneiro na cidade? Como é que era nessa época?

R – Nessa época a cidade configurava-se por um início de estruturação, uma cidade muito pequenininha, o núcleo urbano. E, além da estação do trem, você tinha a companhia de tecidos que foi a motivadora da fundação da cidade de Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo é o nome de um engenheiro que trabalhava na Central do Brasil e na companhia de tecidos. Antes o povoado tinha o nome de Cachoeira Grande. Até hoje tem a cachoeira e, ao lado da cachoeira, foi construída a fábrica de tecidos que é um conjunto bem interessante, tem uma parte desse conjunto tombada pelo Conselho Municipal de Patrimônio. E essa fábrica de tecidos também foi criada ali em função da usina hidrelétrica que foi construída, uma pequena usina hidrelétrica, aproveitando esse desnível da cachoeira, a Cachoeira Grande. Então a cidade e a cultura da cidade, vamos dizer, industrial, começa ali na companhia de tecidos e acabou provocando a vinda de pessoas de fora criando esse núcleo de tecelões. E aí você tem o Clube do Industrial, onde tem o time de futebol, você tem a corporação musical, associação com bailes, festas que o pessoal fazia no clube. Houve uma efervescência associada inicialmente à companhia de tecidos e daí somente nos anos 1970 é que a gente tem a chegada, na verdade um pouco antes, mas já na década de 1950, 1960, já o início da instalação das companhias cimenteiras. A cidade tinha ali também um meio rural com uma produção de uma bacia leiteira expressiva, a questão, inclusive, já teve, houve ali, tinha um pequeno aeroporto onde é a Fazenda Modelo, tinha uma hípica, um hipódromo, tinha corrida de cavalos e tal. Isso acabou se perdendo e a cidade também começou a ganhar esses contornos de uma cidade que foi se industrializando, principalmente com as companhias cimenteiras. E hoje a gente tem o outro momento que é quando, digo nos últimos 20 anos, essa tendência, a partir do momento que a cidade se agrega à região metropolitana de Belo Horizonte e aí você tem quase uma conurbação entre a capital e a cidade, aí você tem o aeroporto internacional também. E hoje, o que sobrou de crescimento de Belo Horizonte é o chamado sentido Norte, que eles chamam de Vetor Norte Metropolitano. Essa tendência também de expansão e ocupações no entorno do aeroporto, o que acaba implicando ainda mais nesse processo de intensificação de ocupação urbana do município, né, e uma redução cada vez maior desse caráter rural da cidade. O que, até fazendo uma ponte com essa região, acaba tendo implicações. Mesmo sem o parque, a tendência do lugar que, por exemplo, começou a fornecer mão de obra pra trabalhar na capital, as pessoas buscando serviços na capital, desde saúde, educação, negócios, essa função até então de cidade dormitório, há muitas pessoas que vão e voltam. E aí, com a construção de rodovias, duplicações, esse fácil acesso, então passa a ser um bom negócio morar, ir e voltar todo dia. Na cidade de Lagoa Santa isso é bem expressivo. Aqui em Pedro Leopoldo há uma tendência agora que são os condomínios, que são áreas de moradia que acabam atraindo também um contingente de população que vem de Belo Horizonte, principalmente, para morar aqui e trabalhar. Então, há um processo de intensificação, até de perda de uma identidade, de uma referência do processo que está sendo cada vez mais dinâmico; você tinha uma cidade onde a gente ia em Belo Horizonte e a gente entrava no ônibus e costumava conhecer algumas pessoas, seu Fulano, dona Cicrana e tal. A tendência hoje é que você entra e não conhece ninguém dentro, onde você tem um transporte coletivo, né, porque a cidade tende a massificar mesmo, então a gente vai perdendo essas referências. E a questão dessa sociedade é que tá mudando a cada dia, né? Eu acho que essa questão da proximidade com a capital e a questão da metrópole é um processo inevitável.

P/1 – Sem dúvida. E me fala uma coisa: então ela foi crescendo como uma cidade dormitório e não pelo turismo?

R – É.

P/1 – Como que está essa questão?

R – Você fala aqui?

P/1 – É, aqui em Pedro Leopoldo porque o parque é um grande atrativo.

R – É.

P/1 – Mas, por outro lado, a cidade cresce por outros motivos, é isso?

R – Isso. O parque é muito recente, não dá para a gente ainda avaliar uma força de atratividade do parque enquanto a essência, uma âncora, vamos dizer assim, de atração. Um dos aspectos que eu acho que tem sido muito forte é justamente essa questão de Pedro Leopoldo, principalmente pela arrecadação do polo cimenteiro, uma cidade que criou condições de ter serviços melhores do que muitas cidades do interior de Minas, quando ele já teve ótima arrecadação. Então, por outro lado, depois teve um processo chamado, da lei Robin Hood, de distribuição do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços], você tem requisitos pra poder distribuir o bolo que foram mudados e, com isso, o município perdeu a arrecadação. Mas, assim, já o município, nos últimos 30, 40 anos, ele se consolidou como um município que já oferecia condições básicas de serviços pra população como saúde, ruas asfaltadas, abastecimento de água, esse tipo de coisa, que eram favoráveis. E aí, com essa proximidade de Belo Horizonte, a gente percebe muitas pessoas fazendo uso do serviço da capital e muitas pessoas também vindo da capital morar em Pedro Leopoldo. Só que também o que aconteceu foi que morar em Pedro Leopoldo ficou caro, o centro da cidade é muito caro, imóvel é muito caro, e você não tem uma política de planejamento para construção de habitações populares, de oferecer condições. Então você tem processos que a cidade, por um lado, ela ficou meio, vamos dizer assim, de um lado as propriedades que existiam eram propriedades que circundam a cidade, seja de companhias cimenteiras, seja do Ministério da Agricultura que tem lá a Fazenda Modelo, e você tinha a área rural do município e os povoados, mas, assim, a Lagoa de Santo Antônio, que é vindo pra cá, foi onde você teve um inchaço, um adensamento de uma população mais trabalhadora, prestadora de serviços etc, e ali, nos demais lugares próximo ao centro, a gente vê que a cidade meio que congelou. Mas isso também é visto como uma coisa positiva porque você não teve, como em Matozinhos, por exemplo, aquela questão de ocupação desordenada, como em Ribeirão das Neves, onde você tem um inchaço de demandas de serviços públicos. Você não tem receita pra cobrir esse tipo de coisa e você tem um processo caótico de ocupação que não chega a ser favelização, mas são processos de ocupação irregulares. Então a cidade agora que começa, eu acho, a acordar também pra essa questão de oportunidades de negócios também na área de serviços, de estar no entorno de um aeroporto internacional, de deixar de ver um parque como um problema e passar a ver como oportunidade,

né?

P/1 – Rogério, você nasceu aqui, sua família é daqui. Você conseguiu acompanhar bem o processo dessa cidade. Então eu vou fazer o seguinte: vou voltar um pouco, vou pegar desde a sua infância pra gente começar a descrever um pouco essas situações, de como eram essas pessoas pra gente entender como foi, por meio de você, da sua experiência, dessa transformação. Na sua infância aqui, onde você morava, qual rua, como era a cidade? Descreva pra gente o bairro.

R – Eu nasci e morava ali no centro de Pedro Leopoldo, e a casa lá era ao lado do campo de futebol do time do Pedro Leopoldo. Então eu cresci brincando lá no campo de futebol com os garotos lá da vizinhança ali, então é muito presente. Apesar de ser ruim de bola, sempre gostei de jogar bola [risos]. E lá era o local da gente brincar. E sempre estudando em escola pública também. Então, antes do colégio, o grupo que era o São José, que era ali no centro; depois o Colégio Imaculada Conceição, que também era perto, quando batia o sinal do colégio eu saía de casa pra poder ir pro colégio, era sempre pertinho ali. E aí, andando de bicicleta, a cidade tem muita bicicleta até hoje, quando o menino nasce já ganha uma bicicleta [risos], tem casa que tem mais bicicleta do que morador. E aí, tinha essa questão de sair, ir à igreja, participar das festas da cidade, de ir ao cinema. Tinha lá o Cine Marajá que era onde você tinha a oportunidade de ver os sonhos coloridos lá no cinema. Tinha o Edson, que é o dono do cinema, que brigava com o povo, que é menino que joga chiclete, é gente que põe pé na cadeira, essas coisas, né? No domingo tinha a matinê, dez horas da manhã tinha sempre filme infantil e era ótimo a gente ir pro cinema. E eu morria de medo de ir em Belo Horizonte, me perder em Belo Horizonte, tinha que andar de mão dada com a mãe ou com o pai lá, tinha medo de multidão, a cidade grande. E aí foi muito legal esse processo de ir crescendo e, falo que se permitir, né?

P/1 – Esses lugares existem ainda?

R – Existe o cinema, o campo existe, as escolas. Só que o cinema deixou de ser aquela grande sala pra ser uma sala menor e uma galeria de lojas, um shoppingzinho, ele teve que se adequar aos novos tempos. Até hoje a concorrência com os cinemas de shopping em BH [Belo Horizonte] porque ainda é um pouco difícil de você ter um público intenso ali que garanta. E o cinema também, às vezes, ele é muito pessoal, a cara do dono do cinema. Então, às vezes, dependendo, você não vende a quantidade que dá pra ele pagar aquela rodada ali, daí ele fala: “Não, hoje não vai ter não”, aí devolve o dinheiro [risos], tem que voltar, mas é um patrimônio da cidade, né? E o Colégio Imaculada também tá lá. Aí, depois do colégio que eu fui pra UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais], e aí que também era bem interessante porque eu ia de ônibus, ia e voltava, pega o ônibus com meia hora, quarenta minutos, já descia na Antonio Carlos, já ia lá pra faculdade. E aí tinha colegas meus que moravam em bairros de Belo Horizonte que demoravam mais pra chegar à universidade do que eu aqui morando em Pedro Leopoldo por conta desse acesso rápido pra BH pela rodovia aqui, pista dupla e tudo o mais, poucos sinais de trânsito.

P/1 – Você prestou para? O que você fez?

R – Inicialmente foi Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas. Depois eu fiz uma redução pra Psicologia no meio do curso. E aí, aqui, na região, meus pais adquiriram um sítio aqui por volta de 1979, e todo final de semana ou até de dia de semana, a gente vinha e eu via essas paisagens aqui, andava a cavalo e ia conhecendo, aquela coisa toda. Era um local de lazer, como aqui também, foi vocacionado como Lagoa Santa, você tem muitos sítios que as pessoas vão passar finais de semana etc. Mas, antes disso também, tem uma prima da minha mãe que mora aqui saindo pra Lagoa Santa, já no campinho de Lagoa Santa. E lá eu ia passar férias também quando eu era menor. Ali também eu aprendi a ter os primeiros contatos, de gostar dessa região, de comer fruto do cerrado, de nadar no córrego, de levantar com o povo e ir quatro horas da manhã no curral pra tomar um leite ao pé da vaca, né? E ali, eu mal imaginava que meu pai ia comprar alguma coisa aqui e a gente ia vir parar nesse lugar. E, sempre curioso com essas histórias, assim, essa coisa também da essência, de história no lugar, a gente sempre, às vezes, ia pra gruta da Lapinha, almoçava lá, aí tem o Museu Castelhino que tem um acervo arqueológico. E, às vezes, eu me impressionando com essas questões de onde nós viemos, né? Questão das grutas etc. E, já na faculdade, eu fui trabalhar na biblioteca da faculdade, tinha uma bolsa de trabalho e lá tinha um sistema que chamava Bibliodata, que era a integração de todas as bibliotecas de Língua Portuguesa, inclusive de Açores, Macau, muito legal. Aí a gente fazia um trabalho com microfilmes e eu fui fazer uma busca lá sobre Lagoa Santa, região de Fidalgo, essa região nossa aqui. Na época não tinha o Google, né? [risos] Era tão recente naquela época pra você pensar isso, você ter as bibliotecas, uma rede e hoje tem uma biblioteca virtual de tudo, né? Aí, eu encontrei lá cerca de 130 referências bibliográficas sobre essa região aqui. Foi onde eu falei: “Nossa! Foi produzido tanto conhecimento sobre a região e nós que somos de lá não sabemos, não temos acesso a isso”. Aí eu imprimi essa bibliografia e fiquei com aquela referência ali. Daí veio um projeto na Casa Fernão Dias, isso já início dos anos 1990, de um senhor que comprou o sítio com a Casa Fernão Dias, chamava Reginaldo Peçanha. E o Reginaldo Peçanha é um padre, professor, filósofo, uma figura muito bacana, psicanalista também, e ele muito sensível com essa questão de patrimônio. Eu devo a ele grande parte dessa questão do despertar pra esse lado de valorização do que é esse lugar. E o que ele fez? Ele articulou um processo de restauração. A casa estava num estado muito ruim. Na época coincidiu com a criação da APA [Área de Proteção Ambiental] Federal aqui, a APA Carste de Lagoa Santa, e ele até conseguiu, através das relações de amizades dele com o diretor do Ibram [Instituto Brasileiro de Museus] na época era amigo dele, chamou cinco empresas do ramo cimenteiro e elas cotizaram a restauração da casa. Daí [risos], eu estou lembrando aqui deles propondo que ele fosse o gestor do recurso. Ele falou: “Olha, eu acho melhor vocês sentarem e vocês se entenderem e tocarem esse negócio porque cobra não come cobra, né?” [risos] porque tinha os concorrentes sentados ali, né? E aí deram um jeito, contrataram uma empresa pra fazer o trabalho e tal, daqui de Pedro Leopoldo. Tem acompanhamento do patrimônio do Iepha [Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico], e aí precisou então assumir. Aí tentou articular com o Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] pra que seja a sede da APA. Aí o Ibama não quis porque é muito longe, não tem um funcionário pra cá, etc, e aí eles acabaram saindo fora e ele articulou com o então secretário de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, que é o Octávio Elísio, para assumir a casa e quem acabou assumindo foi a Fundação Estadual de Meio Ambiente, a Feam, e implantaram o Centro de Referência Patrimonial Casa Fernão Dias. Criou-se um conselho consultivo e esse conselho integrava desde prefeituras, polícia ambiental, Ibama, Estado, diretores de escolas da região, associações comunitárias e tal. Quando esse conselho se reuniu foi muito legal porque algumas coisas só passaram a andar na região porque tinha esse tanto de ator estratégico ali, sentado, tipo assim, o que nós precisamos fazer? Nessa época até começaram a levantar a lebre do Parque do Sumidouro, mas o próprio IAF [Instituto de Auditores Fiscais]

não assumia isso. O Parque do Sumidouro é mais um parque que está aí no papel. E aí me convidaram pra assumir como monitor da área de atividades da casa, então era eu e um zelador, que hoje trabalha num parque, que era o Sérgio, na verdade era o pai do Sérgio, seu Dico. E o seu Dico ajudou na restauração, trabalhou aí, depois veio a falecer e o filho dele assumiu esse papel e ele está aí até hoje. Só que agora, trabalhando nas coisas do pai, mas aquela pessoa que tem uma vida ali de cuidar também lá da Casa Fernão Dias. E aí o padre construiu uma casa no fundo da Fernão Dias, aquela casinha que a gente passou ao lado, e ali ficou sendo a referência dele de casa de final de semana etc. Porque diz ele que, quando comprou, ele tava lá dentro da Casa Fernão Dias, que era o sítio dele. As pessoas paravam com o carro na porta, com o guia Quatro Rodas, tava lá na Casa Fernão Dias, ele era um senhor de barba, o Fernão Dias dentro da casa!

P/1 – Prazer. [risos]

R – Então ele disse: “Essa casa não é minha, essa casa é pública, né?”. E ele acabou fazendo um processo de, vamos dizer, de passar a bola pra frente. Aí teve uma situação, que isso foi até 1994, 1995, eu ficava ali na Casa aos finais de semana e em dia de semana ia na sede da Feam [Fundação Estadual do Meio Ambiente], tinha que fazer relatórios, aquela coisa toda e a gente tem atividades, Semana do Meio Ambiente, atividades de palestra na escola, recebia visitantes ali. E a Casa nunca foi a casa que o bandeirante morou, mas é uma referência tombada pelo Iepha, no âmbito estadual, como uma referência de uma casa bandeirista pelo fato do bandeirante ficar aqui na região por quatro anos. Mas as pessoas - aí tinha a placa, foi sinalizada Casa Fernão Dias -, às vezes, chegavam procurando um Museu do Bandeirante, então muitas vezes funcionava como Casa dos Contos de Fernão Dias [risos], aí tinha que contar a história, tal, fazer os links ali dessa questão da Quinta do Sumidouro e essa importância do lugar como referência dos primeiros povoados de Minas Gerais, né? E aí, em 1996, eu desliguei por aquelas situações que a coisa passa a não ser prioridade no Estado e aí fica tudo à míngua e eu fui também concluir o meu curso de Psicologia. Daí eu dei uma desligada dessa questão da Casa Fernão Dias, trabalhei um tempo com escolas aqui, já como psicólogo, fazendo trabalho de interação de família-escola. E, na época, começamos, via o Padre Reginaldo, um trabalho de restauração de uma capela histórica, a Capela Nossa Senhora do Rosário, que tá tendo a festa agora. A capela estava caindo, tinha uma questão de parte elétrica toda danificada, a parte estrutural dela estava comprometida, e o que o padre fez? Ele começou uma campanha: primeiro, ele foi lá e comprou o material elétrico fiado, também o cara da loja foi aluno dele, tal, ele comprou, deu o cheque e mobilizou o conselho paroquial pra fazer uma quermesse lá, vender pastel e tal tal tal, pra pagar e conseguir que o Iepha viesse dar um suporte nessa ação emergencial porque podia dar um curto e pegar fogo na capela, né? E aí conseguiu mexer nessa parte e escorar atrás do altar. Tinha um grupo de pessoas e nós criamos uma campanha, e essa campanha envolvia desde ações de mobilizar gincana, doações de latas de alumínio, de latinhas de reciclagem pra poder ter um dinheiro inicial pra movimentar a campanha. Não tinha nenhuma esperança de conseguir o dinheiro pra restaurar a capela. Isso foi um processo que fez com que começou na época que eu tava na Casa Fernão Dias, mas eu saí. O vínculo, além de ser esse vínculo de vir em finais de semana, ficou esse vínculo de dar apoio à comunidade nessa campanha de restauração da capela. Então, permaneceu esse vínculo, só que antes disso eu também, junto com os primos e amigos, a gente, na época, isso também no início dos anos 1990, teve um momento da Eco 92, e aquilo, as ideias, vamos dizer assim, da questão da preservação, do ambientalismo surgindo, e a gente tinha um grupo de amigos que se reuniam. E aí, até motivado por, tinha duas pessoas, vamos dizer assim, de outra cidade que vieram morar aqui na região. Uma hoje é professor em Viçosa, é um filósofo e ele também foi uma pessoa que ajudou muito na questão de dar vida pra esse grupo que gerou um movimento que chamava Movimento por Poções. Por quê? Poções é uma área que, já no outro município, em Matozinhos, é cheio de cavernas, muito legal, e ela tá dentro da área da Cimentos Liz, e divide com uma área da Lafarge, onde tem hoje uma RPPN [Reserva Particular do Patrimônio Natural] e a Gruta do Ballet. E essa Gruta do Ballet é onde tem umas pinturas rupestres mais ou menos desse tamanho com o chamado ritual da fecundidade; são cenas como se eles estivessem numa dança e onde você tem homens e mulheres nus e direcionados para uma pedra, inclusive mulheres mais à frente, grávidas, e na frente tem um bloco que desprende com uma face virada para esse conjunto, como se fosse uma mulher de cócoras numa cena de parto. É muito forte você chegar lá e visualizar. E aí, próximo a esse lugar, e tem uma infinidade de cavernas e as cavernas, assim, nessa época, extremamente pichadas, muita pichação, muito essa questão de pessoas que iam acampar, caçar, vandalismo, quebra das coisas, das formações e tal. E eu lembro que quando nós fomos, nós fizemos um gesto de pegar um balde com água lá no corregozinho, com uma escovinha e escovar lá uma pichação e deixamos uma plaquinha lá: “Não destrua em pouco tempo o que a natureza fez em milhões de anos”. E aí, meio que isso foi o ato de criar o grupo, só que dali o movimento não ficou focado na questão desse lugar em si, ganhou o nome de Movimento Proporções, em que o símbolo era a cena do Ballet, das pinturas, o ritual. Daí o pessoal conseguiu um espaço, uma coluna num jornal, não lembro se era mensal ou semanal, aí começava a gerar artigos levantando essa questão ambiental. Aí delegamos esses pontos pra trazer pra uma discussão do município essa questão do meio ambiente urbano. E, por exemplo, teve uma semana lá, um mês, que toda terça-feira tinha uma palestra na Câmara Municipal, aí nós trouxemos, por exemplo, o Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária pra falar sobre tratamento do esgoto. Depois veio um outro pra falar sobre cavernas, aí veio o outro pra falar sobre questão de qualidade das matas, esse tipo de coisa. Veio uma outra pra falar, a presidente da SLU [Superintendência de Limpeza Urbana] de Belo Horizonte, pra falar sobre lixo. Na época, Pedro Leopoldo tinha um lixão lá na Fazenda Modelo. E teve uma época também que nós fizemos o SOS Ribeirão da Mata, descemos de caiaque lá, desde lá da Holcim até doutor Lund. Foi muito engraçado porque fomos um dia conversar com o prefeito, à época o Hélio Iça. Aí eu falei: “Ô prefeito!”. E ele, canalizando o ribeirão, aí a gente viu onde termina a canalização, já ali pro lado depois da Cauê, a velocidade que a água ganha na parte canalizada, ela sai rasgando tudo, lá nos barrancos e tal. Eu falei com ele: “Mas essa canalização tá causando um problema mais abaixo”. Ele falou: “Não, mas no dia que tiver condição a gente vai canalizando até lá embaixo” [risos]. Então essa era a visão do gestor público. Naquele momento a questão era trazer pra pauta, incluir essa vertente de estar mais presente no Codema [Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental], que hoje é Coman [Conselho Municipal de Meio Ambiente], nas discussões etc. E acabou que o grupo era, eu era de uma linha mais da Educação Ambiental desses projetos, pra vincular com a pesquisa, com conhecimento, esse tipo de coisas. E já tinha uma linha que era mais política, da política ambiental mesmo, e eles acabaram lançando uma pessoa que se elegeu por dois mandatos e, à medida que saiu uma liderança que se elegeu, levantou a bandeira o Plano Diretor. Nessa época, o Plano Diretor não era uma lei nacional, vamos dizer assim, e aí a gente já levantava, tinha uma campanha que chamava ‘Eu quero um Plano Diretor pra minha Cidade’. Essa coisa de crescer pra onde, pra quê. E aí, com muito custo e tal, conseguiram fazer lá. O engodo, os prefeitos, muitos não queriam mexer com isso, né? E a cidade vinha de 30 anos de alternância de poder de duas famílias, que era o Iça e o pessoal do Sessé. Mas, assim, pessoalmente, até na essência desse grupo tinha o pessoal que saía e ia começando a ter contato com grupos de espeleologia que vinham de Belo Horizonte e começaram a integrar o nosso grupo, então foi onde eu tive oportunidade de conhecer as cavernas fora dessa visita de uma caverna como a Gruta da Lapinha, uma caverna turística, a conhecer a espeleologia mesmo. E aí já teve membros do

grupo, pessoal já começava a comprar equipamento e tal e vamos dar uma cavernada nesse final de semana, e chegava em casa todo sujo de barro. E a mãe com o cabelo em pé com aquelas roupas todas duras de lama, né? Tínhamos as saídas de bicicleta, a gente fazia circuito, às vezes, de 60 quilômetros pela região, saía, então tinha as cavernas, tinham as caminhadas, tinham as bikes, tinha essa questão de ir pra escola dar palestra, tinha essa questão de uma linha mais política e tal. E quando a coisa politizou, o grupo também começou a ter, vamos dizer assim, desentendimentos que, às vezes, quando fica político demais a coisa e tem aquelas tendências de ter acordos, de apoiar A ou apoiar B, aí cada um foi seguir seu caminho.

P/1 – Isso tudo em Pedro Leopoldo, né?

R – É.

P/1 – Esse pessoal que veio de BH foi entrando pro grupo dentro de Pedro Leopoldo.

R – É.

P/1 – É isso, né?

R – Isso.

P/1 – E nesses rumos, qual era a principal divergência? Quais eram as questões? Que não é só acordo, é acordo do quê, né? O que o grupo queria, essa era a questão, né?

R – Ah sim, teve casos de...

P/1 – Quais eram os casos?

R – Teve casos, assim, de...

P/1 – Que se tornou uma voz política dentro da cidade, é isso?

R – É até interessante. O vereador, não sei se você conheceu o Júlio, o Júlio César da Tri Informática... Ele trouxe uma visão de, vamos dizer, a gente começar a pensar a cidade do ponto de vista de planejamento, do ponto de vista de gestão com foco de longo prazo, essa questão de inserção nossa dentro do contexto metropolitano, de agregar qualidade de vida na cidade etc. Porém, há divergências nesse sentido, por exemplo, de que a coisa era muito arraigada lá na política de processos, como eu falei, de familiares, ou de um jogo de poder de permanência e alternância e, muitas vezes, a gente percebe que havia uma situação de, por exemplo, um movimento da cidade que tentou lançar um candidato diferente e esse candidato nunca teve histórico nenhum social, de envolvimento, de um trabalho, a ponto de contratar uma agência de publicidade que meio que construiu a imagem do cara, foi a inovação, o marketing político chegando à cidade. E a ponto de o pessoal chamar pessoas do grupo pra uma reunião, por exemplo, na casa de alguém com esse candidato meio que chamando o grupo pra apoiar esse candidato. E foi uma coisa que me irritou profundamente, sendo que o grupo tinha uma sede, estava cooptando as pessoas, sendo que poderia ter sido mais democrática a coisa. Até o grupo falar que não, tá todo mundo liberado, cada um apoia quem quiser, mas não vamos fechar com ninguém aqui, não tem isso. Então, assim, naquele momento, eu acho que mostrou um lado que o grupo já estava, aquelas posições, às vezes, meio personalistas e pouco coletivas, aí isso foi um ponto de divergência. E o outro é essa questão de que, à medida que ficou essa questão de política, de uma campanha política, de um mandato de vereador etc e tal, a liderança descolou da base e a base também perdeu vida, então poderia, vamos dizer assim, continuar a essência, e parece que foi diluindo aquilo ali, a base que projetou. E foram acontecendo outras coisas também que as pessoas precisam ganhar seu dinheiro, trabalhar, família, se casarem, então essa coisa ideológica, ou de idealismo, teve a sua efervescência, mas também passou. E dessas pessoas, poucos são aqueles que permaneceram atrelados a um trabalho que tem um vínculo com essa questão ambiental ou questão de patrimônio. Acredito eu mais por essa questão da vida pessoal, né? De desvincular mesmo.

P/1 – Vocês não chegaram a criar um partido, nem ser uma ONG [Organização Não Governamental]. Era um movimento autônomo?

R – Era uma espécie de uma ONG.

P/1 – Chegou a ter CNPJ [Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica], virou...

R – Isso, é.

P/1 – Uma coisa. Até então a cidade, qual era a relação com a questão do patrimônio com a história? Vocês acham que vocês que trouxeram essa...? Como que era essa...?

R – Não, tinha um histórico anterior que o povo fala que, antes dos ambientalistas, tinha os conservacionistas, né? Isso na década de 1970, teve um movimento, inclusive o alvo era muito, até a própria cimenteira, a questão de poluição atmosférica e tal, que era um grupo familiar dono da empresa. E é muito recente na questão de legislação ambiental essa questão dos licenciamentos, dos parâmetros, isso vem avançando ao longo dos anos. Como, por exemplo, a gente tem um acervo na gruta, no museu que veio da Dinamarca. Esse acervo foi retirado de uma gruta que foi destruída pela mineração no final dos anos 1960, início dos anos 1970, e naquela época não tinha uma legislação de proteção. Então houve até ações contra a empresa, que é a Suinco [Cooperativa de Suinocultores], por conta dessa destruição, tal, tal, tal, e a empresa ganhou todas as

ações porque, na época, não tinha uma legislação que acobertava proteção das cavernas, né? Mas, voltando à questão de Pedro Leopoldo, teve esse movimento que eram duas questões: desmatamento e questão de poluição atmosférica. E esse grupo era ligado, no início lá, à faculdade de Pedro Leopoldo, a Fundação Cristiano Ottoni lá no Matuto, Santo Antônio da Barra e tal. Que eu lembro das minhas referências, tinha o Ivison, que hoje é da Apda, que é a Associação Pedroleopoldense de Defesa do Ambiente, tinha o Marcos Lobato, tinha o Edi dentista, essas pessoas é que, vamos dizer, eu tenho como reconhecer que eram pioneiros, né? Agora esse grupo vem num segundo momento. Tem uma referência que ficou também marcada, que é que todo próximo do 21 de setembro, tinha a Rua Verde, e esse evento era um evento que fechava a rua principal, o setor ali do sinal até a matriz, e ali tinha a rua de lazer, você tinha muro de escalada, atividades de oficinas. Então era chamada Rua Verde e encerrava com um show, que já teve o Grupo Galpão, teve o Pena Branca e Xavantinho, que ainda eram vivos, e era muito legal, isso movimentava. E teve um ano que teve um debate com os candidatos a prefeito em cima de um caminhão. Geralmente o cara mandava um representante e, às vezes, não aparecia aquele que tinha mais chance, esse tipo de coisa. Mas, assim, era essa ideia pra colocar na agenda política da cidade a prioridade da questão ambiental. E aí o Mauro Lobato também participava, ele foi chefe da divisão de Meio Ambiente durante vários mandatos, parece que foram uns cinco mandatos. Foi uma pessoa que participou de algumas atividades na época e que, depois, virou chefe da divisão de Meio Ambiente. Agora ele saiu, é uma outra pessoa, que é um professor lá da cidade e teve também uma ligação com isso.

P/2 – Rogério, e a sua vinda para o parque, a sua relação com o parque, quando que começou? Como se deu? Hoje, qual é o seu cargo? Como é que é?

R – O parque foi criado em 1980 e eu estava ainda começando a vir pra cá, só que o parque não saiu do papel. Houve uma pressão muito grande: de um lado o governo, quando criou, criou de uma forma arbitrária, parece que foi num papel lá e riscou os limites do parque, os limites mais esdrúxulos, vamos dizer assim, que você pega, por exemplo, tinha uma lagoa lá na Lapinha, metade da lagoa tava dentro e metade da lagoa tava fora do parque, parece que uma pessoa foi lá e disse: “Não, aqui vai ser o parque”. E aí pegou aqui a lagoa do Sumidouro, a gruta da Lapinha e houve uma pressão muito grande dos ruralistas também, à época, por questão política e tal. Mas o parque foi uma resposta aos conservacionistas. Tinha o Instituto dos Arquitetos do Brasil, tinha a Associação Mineira do Meio Ambiente que, por conta da construção do aeroporto, pressionaram muito porque o aeroporto estava sendo construído praticamente em cima das cavernas aqui e tal. E fora o que ia surgir no entorno do aeroporto. E aí, junto com o parque, foi criada também uma Área de Proteção Especial do entorno do aeroporto, a APE do Carste. E essa Área de Proteção Especial, ela é daqui da região das grutas, e foi criada uma outra área de proteção especial no Vale do Ribeirão Urubu, onde tem a cachoeira do Urubu, lá em Pedro Leopoldo, tudo. Então, da fábrica de tecidos entrando por Urubu até lá na BR-040 era uma outra área de proteção especial, mas que tinha função de ser uma reserva estratégica de captação de água pra abastecer essa região norte de Belo Horizonte. E essa aqui, pra proteger as cavernas, os sítios arqueológicos, tal, já pensando em trazer o aeroporto pra cá, né? Daí ficou uma coisa meio apagada e, no final dos anos 1990, eu falei da questão do envolvimento com a capela aqui, a campanha da capela. Aí, o que aconteceu? A gente conseguiu, depois de muita batalha, aprovar um projeto na lei de incentivo, e aí, através da captação do recurso, alguém precisava gerir e o pessoal já tinha me convidado pra fazer parte da associação de moradores aqui. Então, sempre fazendo parcerias com pessoas da comunidade, ajudando, correndo atrás e tal, dando suporte, foi-se viabilizando. O que era pra ser a restauração do altar acabou virando uma restauração de toda a capela. E aí, sempre tem aquela questão de fazer parceria, tem a empresa que ajudou com que estava recebendo, que era a proposta da renúncia fiscal e tal, mas sempre surgia uma surpresa. Aí tinha prefeitura, fomos articulando mão de obra, vendo formas de otimizar só contratando mão de obra especializada para elementos artísticos, o Iepha ajudando em outras coisas. Eu sei que a gente conseguiu fazer o milagre da multiplicação dos pães, sabe? E coincidiu, quando terminou a restauração, em plena época de quase inaugurar, os restauradores que estavam aqui foram para um encontro de restauradores em São João Del Rei, Tiradentes, e tinha um cara entregando um catálogo lá, que esse cara se dizia o maior colecionador de Aleijadinho do Brasil, que era Renato de Almeida Whitaker, esse cara que é lá da região de Itu. Então o pessoal identificou no catálogo dele a padroeira, que foi roubada aqui em 1980. E coincidiu também que tinha uma exposição Brasil + 500, que ficou lá no Ibirapuera e depois foi pra Paris, e aí a Angela Gutierrez dá uma entrevista junto com o Secretário de Cultura do Estado, hoje ele é presidente do Ibram, o Angelo Oswald, e eles dão uma entrevista com a Nossa Senhora dos Martírios atrás, ao fundo, onde o cara que mexe com os catálogos do Iphan viu: “Aquele é a imagem do Sumidouro”. E isso veio à tona durante o final da restauração coincidiu com uma campanha do Ministério Público pra resgatar os acervos. Então, a gente praticamente foi abençoado com a igreja sendo inaugurada, toda uma articulação envolvendo o próprio padre Reginaldo que ajudou muito a intermediar, junto ao Dom Serafim e à própria Angela Gutierrez, o processo da devolução da imagem. A igreja inaugura com a imagem de Nossa Senhora dos Martírios entrando na igreja e voltando, então isso deu uma repercussão muito legal. Aí veio a ação do Ministério Público em cima da Angela, aí ela fez um termo de ajustamento, ela custeou um sistema de segurança pra igreja e tal, e coincidiu, o Ministério Público entrou com uma ação em cima do colecionador lá de São Paulo e, recentemente, agora que ele perdeu lá um recurso que ele podia ter e eles foram em São Paulo buscar essa imagem. Essa imagem agora, finalzinho do ano passado, ela veio de São Paulo, foi apresentada em Belo Horizonte pra imprensa e tal e a comunidade foi convidada. Nós fomos lá e foi um momento de choro, de muita gente que viu aqui ainda e tal. E você vê, o roubo foi em 1980, então, de 1980 pra cá, mais de 30 anos, tem novas gerações aí que não conhecem. Então está se aguardando os prazos de recursos, pra esgotarem todas as possibilidades de recursos do colecionador pra fazer a devolução da imagem também para a capela. Isso foi um momento em que eu tive muito contato na campanha, aprofundando a relação de patrimônio histórico cultural, onde a gente intensificou muito o trabalho de educação, de palestras com a comunidade, sempre em educação patrimonial. E aí foi muito interessante porque também essa questão de absorver mão de obra na restauração da comunidade onde o vínculo passou a ser outro. Agora, assim, eu não tenho nenhum vínculo hoje com a associação comunitária, com o conselho, coisa e tal, mas até hoje as pessoas me ligam, por exemplo, me ligaram antes de ontem pra perguntar se podia por a bandeirinha lá no adro da igreja. Aí, aquela orientação: “Não, desde que não fique batendo prego, nem usando cola.” “Ah, vai só amarrar”, mas nesse sentido, assim, pede uma orientação. O Iepha, todo mundo pensa assim: “Ah, porque o patrimônio histórico e tal”, só que o Iepha tá lá em Belo Horizonte. Só que aí eu sempre tô batendo na tecla: “Gente, vamos fazer outras atividades de educação patrimonial aqui porque quem cuida da igreja no dia a dia ali, cuidando, é que vai evitar de causar uma restauração como foi a demanda”. Foi muito legal. Aí nós produzimos vídeos com depoimentos e tal. A rainha do Congado à época, a dona Gema, que até faleceu, e foi muito legal ver a emoção das pessoas com essa questão de, no fundo, a gente não estava restaurando a igreja, mas também tava restaurando as pessoas, trabalhando com esse resgate. Aí tinha a questão da janela, que as janelas eram pintadas de azul, só que na pesquisa das pinturas, a primeira pintura era esse tom de vinho. Então foi um impacto porque as pessoas vivas, ninguém tem referência desse vinho, aí adotaram, resolveram pintar da cor original, vinho.

Aí vinha essa questão de trabalhar porque foi vinho e não esse azul que estava presente até então, né? E aí, coisas desse tipo. Agora, iniciativas como essa do Museu da Pessoa, eu acho que só vêm agregar mais a essa questão da riqueza que é o lugar e que muitas vezes essa riqueza é oculta, é quase que essa coisa de tesouros que a gente vai desvendando. E aí, essa questão de fazer parte da associação aqui também permitiu a gente ter uma emenda parlamentar de um deputado, do Ministério do Turismo. Inicialmente falou que era para as pinturas rupestres aqui, tal. E quando nós fomos mexer lá pra ver como é que poderia fazer um deck lá, tal, pra ter um atrativo aqui que agregasse junto com a capela, aí nós deparamos com o seguinte: como eu vou fazer um projeto, aqui é um parque, eu tenho que pedir autorização ao órgão. Qual órgão? Qual parque? Fica aqui esse negócio jogado, todo mundo depredando, esse órgão não tá nem aí pra esse lugar. Aí depois: “Não, nós vamos ter que pedir ao IEF [Instituto Estadual de Florestas] porque é parque; nós vamos pedir ao Iphan porque é sítio arqueológico; nós vamos ter que pedir ao Ibama porque é uma APA; nós vamos ter que pedir ao proprietário porque é particular”. Nossa, e agora? E tinha um pessoal, uma gestão anterior da associação, que tinha um projeto de fazer calçadas na comunidade. Aí tinha a questão das serrarias, indústria de pedras e tal, aí tem os rejeitos. Só que o custo é muito alto com material e mão de obra, material de cimento, areia e mão de obra. Eram 100 mil reais e a gente tinha que dar 20% de contrapartida, e as pedras do piso foi a contrapartida da comunidade. E foram construídos quatro mil metros quadrados de calçadas e mil metros lineares de meio fio. E a ideia do projeto foi o seguinte: fazer calçadas em todo aquele conjunto ali, que é um conjunto tombado, do chamado Sítio Sumidouro, da capela até a capelinha Nossa Senhora dos Passos, passando na frente da Casa Fernão Dias e mais a descida pra lagoa e a descida pro rio das Velhas. E esse projeto, fazendo o escopo do projeto, consegui um arquiteto amigo, aquela coisa de ajuda. Mandamos pra Caixa e tal, aceitaram lá, aí liberaram a verba. E foram várias as pessoas beneficiadas, deu-se emprego lá pra umas 16 pessoas, gente que trabalhava de servente, depois já virou pedreiro e tal. E aí, teve muita gente hoje já não vê que, por exemplo, aqui distoam de Fidalgo e de Lapinha essas calçadas, você não tem mais mato e, às vezes, não aparece. Só que esse projeto chamava ‘Caminhos que Ligam História à Pré-história’, por conta de ligar esse núcleo do rio das Velhas, que é por onde chegou o bandeirante, essas coisas, até a questão do sítio arqueológico do lado de cá, da pré-história, né? Isso virou depois o tema da minha monografia na pós-graduação, Turismo e Desenvolvimento Sustentável, ao se criar um roteiro interpretativo, caminhos que ligam a história à pré-história nesse eixo. Enquanto isso, coincidiu que tinha um pessoal fazendo um estudo aqui de viabilidade e implantação do parque, que foi uma demanda aí com recurso do Ministério do Turismo, que foi focado aqui pro Sumidouro e lá pro Parque do Rola Moça, lá na região do sul, Brumadinho. Aí, foi onde começou a ter uma mobilização de atores locais, e eu fui um deles, no sentido de que o cara que veio pra fazer o estudo, ele veio meio que pra fazer o atestado de óbito: “Não, esse parque não se presta a parque e tal, nada a ver, tudo destruído, descaracterizado”. O que a gente propôs? Até a gente não acreditava que o parque fosse sair. A gente estava propondo que fosse valorizado o núcleo da Lapinha, esse núcleo aqui da lagoa, e que tivesse um corredor ligando esses dois, uma coisa assim. E nisso eu fazia parte de conselhos também, conselho da APA, conselho pela associação comunitária aqui. Aí, coincidiu que, com a mudança dos vãos de Pampulha pra Confins, a linha verde duplicando, o Ministério Público entrou na história cobrando do Estado porque o parque já era um compromisso da construção do aeroporto e, com a reativação e a necessidade de licenças ambientais, aí nisso a comunidade ambientalista, no caso daquela época lá, presente na política ambiental do estado, também começou a cutucar. Aí juntou o Ministério Público mais os antigos ambientalistas presentes lá no Copam [Conselho Estadual de Política Ambiental] e tal, tal, tal, e aí o parque virou condicionante do ambiente desses grandes projetos do vetor norte. E com isso, aí veio um gerente pra já começar a administrar aqui, o Roberto Alvarenga, Betão. Aí Betão veio, criou o conselho do parque, aí eu fazendo parte do conselho do parque e sempre aquela pessoa de referência. A pessoa vem de fora e eu dando subsídios pra: “Ó, precisa de uma reunião com os proprietários”, mediando, vamos conversar com os proprietários. Enquanto a associação de moradores foi onde eu bati na tecla de revisar os limites do parque porque imagina o caos que ia virar tendo de reassentar pessoas. Foi onde entrou a situação de um estudo a ser contratado pra revisar os limites do parque e retirando essas ocupações que existiam, vamos dizer, elas passaram pra fora do parque e o parque cresceu em direção a áreas mais preservadas, com outros atributos etc. Então foi nesse período que o gerente do parque foi chamado a ocupar um cargo de gerência de todas as unidades de conservação do estado, então abriu-se a vaga. Eu já tinha plantado a semente de falar que tinha interesse e eu precisando também de ter uma renda fixa porque acabou que eu me envolvi com esses projetos de capela e tal, mas sempre, assim, com a minha família, minha mãe, no caso, tem uma loja onde lá a gente faz carimbos, xerox e encadernação, que foi também um outro ramo. Porque no meu percurso, quando meu pai morreu em 1986, eu tinha uns 15, 16 anos. Meu pai era um industrial que trabalhou durante muitos anos na fábrica de cimento e ele saiu da fábrica de cimento e montou uma empreiteira e trabalhava com terceirização de mão de obra, principalmente fornecendo mão de obra para a indústria cimenteira. Quando meu pai ficou doente e veio a falecer, a minha mãe não tinha condições e nós, eu e minha irmã – no caso, eu tenho uma irmã mais velha – nós não tínhamos condições de trabalhar com aquilo, não fomos preparados para aquilo e éramos muito novos. Foi onde o meu tio, dono da gráfica, ofereceu para a minha irmã continuar estudando e ele ofereceu, no meu caso, até pra ter uma atividade pra minha mãe também, de começar a trabalhar com carimbos, onde eu fui aprender a mexer com tipografia. Era um sistema parecido que tinha que moldar, fazer o carimbo de borracha, e aí a gente começou a trabalhar com isso, com xerox. Só que é uma questão instável. Eu tinha uma namorada, ela ficou grávida, aí eu virei pai da Luísa. A Luísa nasceu em 2005. Mas é um outro fator também que eu precisava ter uma renda fixa porque também com todo esse envolvimento nesses projetos, nessas coisas aqui... Aí eu lembro que, logo que eu comecei a trabalhar aqui, muita gente que me conhecia, que conhecia o meu trabalho: “Ah, agora sim você está no lugar certo”, tipo assim, você sempre fez por amor, por dedicação e tal, e agora você tá trabalhando, fazendo o que você gosta. Então, se fosse por causa do salário do gerente [risos], depois você vê a responsabilidade e a necessidade de envolvimento, perto da remuneração assim..

P/1 – Só algumas dúvidas. Então esse foi um cargo de confiança, não foi um concurso?

R – Isso. Então abriu-se a vaga do gerente anterior que foi ser gerente.

P/1 – Roberto.

R – O Roberto. E aí ele me convidou pra que eu assumisse como o gestor da unidade. E coincidiu que, ao assumir, até te contei sobre a gente vindo pra cá, uma situação assim, eu chegando, teve uma ação da polícia que apreendeu gado aqui dos velhinhos que criavam gado na vagem da lagoa, e multa de dois mil para os velhinhos de 80 anos e tal. E aquilo ali parecia que era até um boicote pra mim, meu cartão de visitas. Eu chegando e a polícia com uma ação, sem me envolver nada como gestor, e aquilo, assim, a gente foi parar junto com o comando do policiamento e o Secretário de Meio Ambiente e o assessor do Governador numa reunião lá na sede do governo pra poder mostrar que o caminho não era

esse, de chegar criando conflito e nem desarticulação, né? Aí que eu fui atrás de proprietário por proprietário, inclusive os ajudando a fazer o recurso de defesa deles, e acabou que não deu em nada, mas eu dei elementos pra mostrar que não tinha, foi uma mudança de cultura, não tinha nada sinalizando que é proibido, não pode, não sei o quê. E a coisa já começou aqui. Mas aí teve o conselho do parque, foi criado, eu participei desse momento. No conselho nós tivemos vários atores positivos que ajudaram muito, parceiros na implantação do parque. E esses conselheiros, por exemplo, a dona Nilsa que é a diretora da escola aqui da Quinta, é uma figura que sempre foi muito... uma pessoa lúcida e de visão, que já morou fora, voltou, cria os filhos dela, é diretora há muitos anos e uma pessoa extremamente estratégica e, ao mesmo tempo, que sabe discernir determinadas coisas. Então isso foi muito importante, ter pessoas como a dona Nilza e outras pessoas que, pessoas que me conhecem ou me conheciam e que ajudavam a conduzir o trabalho. Diferentemente, como a ação do contra parque, no sentido de que teve um grupo que era das pessoas do processo de desapropriação, que tinham medo de acontecer de o estado chegar, expulsá-los, tomar passe e nem os pagar, como aconteceu em diversos parques. Só que aconteceu um processo que tinha dinheiro, ou começou a ter o processo de regulação fundiária. Eu tinha um papel de ir com o advogado e sentar na casa do proprietário lá, tomar café com ele, ficar até a noite lá, e não é fácil aquela prosa, aquele negócio e, no final, sair carregando um queijinho, não sei o quê, o dinheiro cair lá na conta do cara, o cara pegar, tocar a vida dele pra outro lado, receber. Então também começou a ser positiva essa questão de indenizar as pessoas, elas receberem. Mas teve um movimento do contra, que é um movimento que tentou associar, e tinha gente que era político tradicional de muito tempo e que gosta de ver, do tipo, ganhar voto em cima da desgraça dos outros, de tentar associar: “Vamos fazer o movimento dos atingidos pelo parque”. Mas não de uma forma articulada, assim, é aquela forma de pegar as pessoas leigas, simples e, ao mesmo, tempo você tinha uma atividade econômica aqui que era baseada na pedra, na extração de pedra, só que de uma forma ilegal durante anos. E sempre tem as ações, Ministério Público, denuncia, tal, veio, vem, lacra tudo. Aí tem um apelo social: “Ah, vamos dar um prazo, vamos fazer um TAC [Termo de Ajustamento de Conduta], vamos ajustar”, aí dá o prazo, eles não cumprem, depois, de novo, vem, embarga, aí eles vão lá, rompe o lacre judicial, tal, começa a trabalhar aos moldes de uma cultura quase que garimpeira, de gente brava. Então isso já tem um passivo que é extra-parque, desse setor, que cada vez mais o cerco tá apertando a questão da legislação ambiental. E o que esse pessoal vê é o seguinte: quanto mais ficarem escondidos aqui, melhor, porque dá pra você ir trabalhando. Mas, na medida, por exemplo, você tem um parque que você tem a possibilidade da fiscalização, de estar mais perto das cobranças, de regularização e tal, então o pessoal associou que é o parque que fechou a atividade, ou que interfere na atividade. Mas, na verdade, são eles que sempre foram ilegais, são ruins de associativismo, cada um por si, é um processo muito complexo.

P/2 – Rogério, já teve algum movimento de explicar pra essas pessoas? Porque realmente, algumas pessoas associam mesmo que é o parque que fechou as pedreiras. Já teve alguma tentativa de diálogo com essas pessoas?

P/1 – Quais são os caminhos de diálogo?

R – Por exemplo, eu já tive quatro pedidos de anuência para o setor, todas as quatro foram emitidas, quatro não, três. Todas as três foram emitidas favoravelmente e eles estão trabalhando e seguindo, duas de beneficiamento e uma de extração. A de extração tá com pendência com o DNPM [Departamento Nacional de Produção Mineral]. Então, assim, no processo de legalização não houve nenhum impedimento e o parque também não pegou nenhuma atividade, não abarcou, desapropriou terras e tal. E as reuniões que a gente já fez, na verdade, são reuniões, que tem um vereador que foi eleito agora, inclusive com esse discurso do contra-parque, quase 800 votos, mas que é justamente assim, são reuniões onde vai ele e mais esses que têm problemas com a justiça e estão até aqui de dívidas, com questões de descumprimento de TACs e rompimento de lacres judiciais e tal, eles vão pra reunião pra tumultuar e gostam, do tipo assim, vou fazer um discurso do contra, mas ao mesmo tempo não trazem nada de... Por exemplo, agora mesmo, está entrando com um projeto de lei lá na câmara que ele quer autorizar todo mundo a funcionar aí na área urbana, o município, plano diretor aprovou que teria que ter um distrito industrial pra beneficiar, aí não cumpriu o prazo no mandato passado, a gestão atual chega herdando esse passivo. Mas, assim, é mais fácil ir lá e mudar a lei do que tentar fazer as adequações e trabalhar de acordo com a lei. Até o outro dia eu tava comentando que daqui a pouco nós estamos elegendo deputado aí pra defender direito dos presidiários, né? O cara reclamando que a prisão é muito desconfortável, né?

P/1 – Mas a reivindicação é ao uso do parque, à área do parque?

R – Isso é uma coisa.

P/1 – A reivindicação qual é exatamente? Qual é o embate?

R – Isso aí tem outras coisas. Isso é a questão das pedreiras.

P/1 – As pedreiras.

R – É.

P/1 – Que foram proibidas, é isso?

R – As pedreiras estão proibidas

P/1 – Então, vamos retomando. Rogério, você estava contando desde sua entrada no parque, você contou um pouco pra gente de todas as suas referências, contato com patrimônio, com ecoturismo, a questão da preservação, a sua ação na associação de moradores, enfim, até adentrar no parque. Então vou fazer primeiro uma pergunta bem geral pra você contar um pouco pra gente. Quais são as ações hoje, o que o parque tem e qual é o seu dia a dia de trabalho? Quais são as funções? E depois, eu acho que a gente pode entrar nessa questão que a gente tinha contado também no primeiro bloco sobre esse problema de comunicação porque tem expectativas e demandas diferentes, conflitos. Eu queria que você contasse um pouco que tipo de conflitos que aparecem nesse dia a dia?

R – Bom, a minha chegada ao parque coincidiu com a implantação de um conselho consultivo. E, além do conselho, em questão de dois, três anos, aconteceram diversas ações pelo fato também do parque, além de ser um condicionante de licenciamento ambiental, ele virou um projeto estruturador do governo com recursos garantidos e um planejamento que é monitorado mensalmente pra que aquilo seja executado, tenha início, meio e fim. Então dentre as ações, além do conselho consultivo, foi contratado um plano de manejo, o qual a gente tem o papel de acompanhar, é uma empresa que contrata uma série de profissionais nos diversos ramos de conhecimento pra fazer um diagnóstico da unidade de conservação e seu entorno pra então definir programas de gestão. E aí, dentro desses programas, além disso nós tivemos estruturas básicas que foram sendo construídas como guaritas de portarias, o processo de implantação de estruturas físicas mesmo como a sede aqui, o apoio administrativo, alojamento de pesquisadores, a Casa Fernão Dias foi cedida ao estado, também já tava precisando de outra restauração, aí foi toda restaurada totalmente, foi construído um anexo administrativo. E a Casa Fernão Dias ficou sendo a primeira base de implantação do parque. Daí, reformou-se aqui toda a sede da Fazenda Sobrado, o moinho de fubá foi reativado, trilhas foram estruturadas com mirante, guardacorpo, escadas, sinalização interpretativa. E aí, nesse período, logo de início, o parque tinha um funcionário, era só o gerente do parque. E as ações acontecendo no âmbito tanto do planejamento que acontecia na sede, de parte arquitetônica, de obras, quanto suporte de campo aos técnicos do plano de manejo, regularização fundiária, acompanhando advogado do instituto no contato com os proprietários, reuniões com os proprietários, orientações quanto a montar o processo, viabilizar contato com defensoria pública, por exemplo, para que não houvesse advogados pra, vamos dizer, aproveitando a situação de pessoas pouco instruídas e pleiteando percentuais sobre homologação de acordos judiciais que não existem. Então a gente também, nesse sentido de buscar um suporte pra que a pessoa não tivesse esse custo, aquelas pessoas mais simples, com advogado. E aí, fazendo então o meu papel, um papel muito de mediação nesse processo com as comunidades do entorno, prefeituras de Pedro Leopoldo e Lagoa Santa e o próprio conselho consultivo do parque. Então, em 2010, dia 13 de junho de 2010, foi inaugurado o primeiro pacote, as estruturas iniciais do parque com o circuito de trilhas, essa estrutura da Fazenda Sobrado com alojamento pra pesquisador, apoio administrativo e a Casa Fernão Dias. E quase 50% das terras adquiridas via, a maioria delas, acordos judiciais, sem judicialização no âmbito de causar que, por exemplo, uma única que, duas houve desistência e houve acordo, das que foram de fato, inicialmente não teve acordo e tem uma que até hoje tá na justiça, essa teve um outro caminho. Mas, vamos dizer assim, quase a metade os proprietários foram aceitando os valores, foram sendo feitos os processos de negociação, pagamentos e tal. Então isso também foi um ponto positivo de ajudar na atenuação do conflito, questões em que as pessoas já estavam recebendo. Já em 2009, 2010 também, nós fomentamos a criação de uma associação de condutores a partir de cursos também, criando articulação pra ter cursos de capacitação, sensibilização, teve um curso articulado com apoio da prefeitura de Pedro Leopoldo, foi um curso de agentes multiplicadores para o desenvolvimento turístico. Teve curso de formação de condutores de trilhas e atrativos naturais em parceria com o Senar, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. E esses condutores, depois nós conduzimos também, depois através de um programa da Secretaria do Meio Ambiente, um curso de formação especificamente de guias locais, através de um programa que chamava Apoio ao Desenvolvimento no Entorno de Unidades de Conservação. Um edital da Secretaria de Meio Ambiente, e através de uma articulação com a Associação Circuito das Grutas, houve então a seleção desse projeto e aí foi direcionado um recurso para capacitar com quase 300 horas de capacitação. Fomentou-se a criação de uma associação, aí eles começaram a operar trilhas dentro do parque, tanto pela fragilidade do parque, quanto essa questão de um histórico de depredações, de pintura rupestre, de grutas etc, então foi adotada uma modalidade de visitas ao parque, somente guiadas. Então necessariamente tem que absorver alguém, no caso local, pra acompanhar a visita. De um lado, isso foi interessante que começou a gerar um outro perfil de prestador de serviço e começaram também a abrir vagas pra contratação de pessoal. Um problema que sempre foi muito sério nos parques de Minas, nos parques federais, que é funcionário. Então teve aquele primeiro pacote, oito funcionários, depois mais quatro. E aí, à medida que os anos iam passando, o quadro ia aumentando. E agora mais recentemente houve uma dinamização de um processo que houve uma adoção de critérios pra contratar empresas de terceirização que possibilitaram aumentar o quadro de funcionários de todos os parques de Minas, foram mais de 500 funcionários contratados nessa modalidade de contratar mão de obra local. Então o que acontece é que chegamos numa realidade em que o parque hoje tem mais de 60 funcionários, desses 60, cerca de 50 são moradores do entorno, tem um outra opção de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo e cerca de 10 funcionários são funcionários de uma prestadora de serviços do estado, que é a MGS [Minas Gerais Administração e Serviços], o qual eles são concursados da prestadora de serviços, então por isso são de fora, principalmente vigias noturnos. Mas, por exemplo, houve pessoas que eram do quadro da região que passaram no concurso e são moradores e são funcionários dessa terceirizada MGS. Além disso, começou-se um processo de outros cursos, de brigadista, primeiros socorros, cursos de qualificação na questão do atendimento, recepção do turista, ciclo de palestras com pesquisadores que vêm fazer pesquisa no parque e tem diversas pesquisas. Esse ano temos 16 pesquisas em andamento, são pesquisas que são desde pesquisas associadas ao uso público, turismo, as pesquisas relacionadas a fungos de caverna, a de morcego, a questão da água da lagoa, fauna, flora. E esses pesquisadores, como contrapartida, realizam atividades de palestra, principalmente para funcionários. Nós temos um projeto que é promover eventos em Pedro Leopoldo e Lagoa Santa aberto ao público em geral para pessoas interessadas. Mas, por exemplo, a gente tem uma pesquisa aqui na área de leishmaniose, do mosquitinho que causa a leishmaniose, tem um pessoal que está fazendo um comparativo do mosquito daqui com o mosquito que tem lá na região de Venda Nova, em Belo Horizonte, na região do Vilarinho ali. Então, por exemplo, é detectado um tipo de mosquito aqui, que essa questão do avanço urbano sobre o meio natural, são processos inerentes que acabam levando a certos tipos de doenças causadas por esse mosquito, nós é que estamos invadindo o habitat deles. E você tem caso, do mosquito encontrado lá nesse bairro em Belo Horizonte, ele é o portador do agente da leishmaniose, já os que estão sendo pesquisados aqui, não tem sido encontrado mosquitos que causam a contaminação, que são os vetores da leishmaniose. Então são questões que são importantes do ponto de vista de Saúde Pública, Epidemiologia, esse tipo de coisa, que muitas vezes o serviço público, e aí tem a questão da zoonose, dos cachorros, de monitoramento, então isso são questões que, às vezes, o parque pode estar, a partir do momento que a gente tenha um link de informações de criar dinâmicas de mão dupla entre os poderes públicos locais e os agentes de pesquisa, disseminação da informação, são processos, que voltando à população, a partir do momento que tem funcionários estão tendo acesso a um novo mundo que é o tempo inteiro está chegando informação nova, contato com pesquisador, oportunidade de fazer um curso etc. e tal. Aí vem a questão também dessa empresa que a forma de os contratar, é um valor de um salário que, tipo, não é um grande salário, mas é um salário, com vale transporte, vale alimentação e tal. O que também, na região, pra muitos aí, se você perguntar pra eles: “Você quer sair?” “Não, eu não quero sair porque eu não vou voltar a trabalhar com pedra. Não quero isso pra mim mais”. Por outro lado, a perspectiva de emprego com carteira assinada pra uns é muito limitado aqui na região, por outro lado a questão da crise que teve aqui da pedra também, o fato da construção civil e essa questão de ter acesso muito rápido aqui, a expansão, Lagoa Santa, obra no aeroporto, aqui, ali, tal, absorção da mão de obra, tá difícil achar mão de obra de pessoas pra trabalhar

P/2 – Você falou que tem mais ou menos 50 pessoas que são daqui da região de Quinta e Fidalgo que trabalham no parque.

R – Isso. E Lapinha.

P/2 – E Lapinha. Essas pessoas estão vendo tudo isso que você tá falando, as pesquisas, pesquisadores, tudo isso que você está relatando. Então elas têm uma noção do que acontece, diferente de quem tá na comunidade, não tá aqui.

R – Isso.

P/2 – Como vocês podem fazer pra que essas pessoas sejam multiplicadores e mostrem pra comunidade, às vezes um pai ou a mãe, o papel tão importante do parque?

R – Então, nós, vamos dizer assim, eu ainda acho que é pouco porque a gente, nós temos tido fases de muita pressão, principalmente por causa da politicagem, desses atores que tentam misturar o parque e ganhar voto em cima. E que até tem terra dentro do parque também e que não foi indenizado ainda. Nenhum dinheiro pra eles vai pagar, eles nunca vão achar que tem um valor justo, ou esse tipo de coisa. Eles são resistentes, até uma questão muito arraigada e ainda tentam ser de um contra que já não, o parque era decreto e depois já virou lei, recente, em 2011. Então não tem como voltar atrás. A terra deles não vai sair do parque, essa fase já passou. Mas, à medida que quem lutava e metia o pau, outro dia o vereador, fiquei sabendo que ele tava também falando que o parque paga mal. Mas, assim, mas que bom que ele já está então lutando, tentando melhorar o salário do pessoal [risos] porque antes ele era contra o parque, né? Então já tá melhorando. Mas eu acho que o pessoal, ainda assim, tem uma questão do medo porque teve um terror muito grande. Então teve um momento que era quase uma enquete, você é contra ou a favor? E do tipo assim, se você falasse que era a favor do parque, você corria o risco de ser repreendido por isso. Tipo, ‘to de mal, você é a favor, não conversa comigo, não’. Era meio que era uma política de Atlético e Cruzeiro, né, você é a favor ou você é contra. E aqui nós estamos fazendo campanha pra todo mundo ser contra. Então eu tive casos de gente que trabalhando dentro do parque, veio trabalhar dentro do parque, mas, por exemplo, na hora de levantar a voz, que precisaria levantar a voz em nome do parque, tinha medo. Até mesmo, às vezes, dentro de casa. Mas, com o tempo, eu tô vendo que tá começando a mudar, eles estão vendo a questão do bicho papão, que ao contrário, ali está abrindo outras perspectivas, eles estão tendo alguns, vamos dizer, ganhos. E que, por exemplo, teve gente que já saiu do parque, meio que insatisfeito com questão de salário ou coisa do tipo e tal, mas foi pra fora, chegou lá fora e falou: “Nossa”, é doído pra voltar. Porque você tem problemas em todos os lugares, não é tudo mil maravilhas. A gente tem procurado fazer reuniões com os funcionários, eu tive a sorte de, com o salário que a gente tem o monitor ambiental, a gente tem o zelador de unidade de conservação e a gente tem o serviços gerais, só que a diferença é muito pouco, a diferença do monitor pro zelador é tipo 20 reais o salário. Só que teve uma menina, ela é colega de uma que trabalha aqui, ela é formada em Comunicação e estava uns três anos cuidando da mãe que tava com um câncer de mama e tal, os irmãos estavam fora e ela cuidando. E aí, pouco tempo antes da mãe vir a falecer ela comentou com uma colega que estava precisando de voltar, precisava trabalhar e tal. E aí, eu fiz uma proposta: “Quer vir trabalhar com a gente? O salário é esse, não tem cargo de Comunicador, mas vou listar as coisas que você pode fazer”. E aí a lista desse tamanho, uma pessoa de Comunicação numa unidade de conservação. E ela topou, veio, e aí criamos um blog do parque, criou o Facebook do parque, um jornal mural, que aí nós cadastramos 50 lugares, aproximadamente, das comunidades no entorno, padaria, escola, posto de saúde, então tem um boletim informativo, ele é mensal. Então da maneira que a gente vai, as coisas vão acontecendo e vai soltando uma palestra e tal. Teve uma, por exemplo, que foi sobre a lagoa seca. O que é isso? Tem um ciclo aí que a lagoa seca, por que a lagoa seca e tal. Questão de uma determinada espécie que está sendo pesquisada e por aí vai. Os funcionários recebem qualificação, tem um curso, aconteceu uma palestra tal. Aí isso que vai pro blog vira quatro materiazinhas no informativo. E é um negócio que a gente faz na própria impressora. Eu não tenho verba para Comunicação, você imagina fazer gestão sem comunicação. Então eu falei que a gente também vira um mestre da arte da gestão da escassez, que ‘farta’ isso, ‘farta’ aquilo, né? [risos] Então você tem que gerir com, você não tem, é diferente você falar assim, você tem projeto, vai custar tantos milhões, eu vou te colocar o dinheiro e executo. É diferente. Aí você tem que começar a articular um parceiro pra fazer isso e tal. Então assim, vamos lá na impressorinha do parque, ‘papapa’, imprime, aí a gente faz um A3 pros cartazes e tem o folheto de mão também, no A4. Então, isso já foi um up assim, e gera releases que a gente manda pro Observador, pro Folha de Pedro Leopoldo, Jornal de Lagoa Santa, pra mídia local.

P/1 – E isso teve um resultado? Nessa comunicação, você percebe isso?

R – A gente percebe na medida que determinados pontos polêmicos, como por exemplo, nós vamos detalhar depois a questão de proibições. Das pessoas, por exemplo, lerem e já falar assim. Por exemplo, teve um lado da pessoa ler e do tipo assim, ela não leu, lá falava que a gente tava buscando parcerias pra criar um programa pra buscar uma liberação da pesca, mas enquanto controle de espécie exótica, que a única brecha na legislação seria: “Ó, tá cheio de tilápia aí, e tilápia é exótico, então nós vamos criar um programa mesmo porque a lei fala o seguinte, dentro dessas unidades de proteção integral, no caso a pessoa fica proibida de importunar, a lei fala assim, espécies da fauna e da flora aquática”. Porque, em tese, a lagoa é pra preservar os peixes, as plantas, então não é uma lagoa de pesca, de subsistência. Só que desde a Luzia o povo pescava aqui, então, aí vamos procurar um meio. Ah tá, tem como. Aí lá no Parque do Rio Doce tem também pesca de exótico. Fui lá, fui buscar o modelo lá, como é. Só que aqui a gente tem um problema, não tem tratamento de esgoto, pra começar, na região. Tudo é fossa negra. Aí você tem as contaminações do aquífero. Essa água daqui recebe efluentes de Confins, Lagoa de Santo Antonio, então é um sistema que como é que eu vou, primeiro, incentivar uma pesca de uma água que eu não sei a qualidade? Então vamos buscar um parceiro, aí fomos lá na Água, que foi o primeiro parceiro. Fomos buscar lá em Lavras um pessoal lá de Laboratório de Sanidade de Pescado. Teve um dia que fomos coletar um peixe aqui, até eu chegar lá em Lavras passou o tempo do peixe, tem que ter poucas horas pra análise daquelas bactérias e coisas do tipo. Mas aí dá trabalho, sabe? Aí, a pessoa fala assim: “Eu tenho um laudo aqui que a água tá boa, o peixe tá bom”. E também eu tenho que de seis em seis meses estar fazendo isso, aí nós vamos criar um procedimento de o como vai ser. Se eu mostrar pra vocês as fotos que a gente tem de coleta de lixo causado por pescadores, principalmente de garrafa pet, muito plástico. Então é tudo assim, o pessoal vai, larga aquilo ali, pisoteia tudo, só quer pescar o peixe e fazer sua distração, mas não tem nenhum compromisso com o lugar. Então aí já vem a questão do manejo. Quantas

peças vão poder, qual o local específico vai poder, como vai ser. Vai poder só a tilápia, como é que vai ser, quem vai ajudar a monitorar? Eu preciso de gente. Ah, podia ter a associação de moradores? Poderia. Como a associação dos escaladores, a escalada ficou proibida aqui 15 anos na área da Lapinha. Depois que comecei a fazer um trabalho de trazer eles, entrar pro conselho consultivo, eles começaram a acompanhar o plano de manejo, e criamos um grupo de trabalho. E aí o Parque do Sumidouro é o primeiro parque com a regulamentação da prática de escalada em Minas Gerais. A Serra do Cipó, que tem a escalada no Morro da Pedreira lá, uma área do ICMBio [Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade], acontece à revelia, hoje que eles estão procurando fazer o manejo do negócio. Mas foi graças a um protagonismo dos escaladores, através da sua associação, mas eles dando, porque é a praia deles, eles que entendem, eles também têm que ajudar a dar subsídio técnico. Mas um gerente que teve coragem pra arriscar, vamos fazer, porque muitos gerentes não falam assim: “Não”. É melhor falar não porque aí não tem trabalho, é mais fácil”. Então assim, aí conseguimos, hoje a escalada acontece aqui e nem é mais porque eles ficaram um ano vindo um voluntário deles ajudando e tal, hoje o monitor é nosso, é um morador da região que é monitor de escalada, vai lá, vê se tá todo mundo com a pulserinha e tal. O cara assina um termo de risco, que envolve problema de acidente fatal. Aí, da mesma forma, assim, o cara que vai pra pescar, às vezes, ele vai pra pescar, mas, de repente, quando você vê, o cara tá lá nadando. Ah, é pra nadar, é pra pescar, essa questão do comportamento e de disciplina. E a gente vê uma postura muito de cobrar, mas eles só querem o resultado, poder ir lá pescar, não preocupar com o lixo dele e ir embora. Então é um processo que a gente tá trabalhando, no sentido de buscar esses parceiros pra, primeiro, articular a propriedade, estar em condições ou não. Mas sempre, nunca vai ser mais como era, livre, a pé, vai ser numa condição de um manejo de uma espécie exótica. E, ao mesmo tempo, o tempo inteiro eu to reforçando um aspecto cultural da pesca e não podemos fechar os olhos pra isso também, que é uma coisa que faz parte. Bom, aí vem a parceria com os criadores de gado, 12 criadores de gado que a gente faz a cessão de certas áreas do parque pra manejar o capim ficar baixo pra ter como a floresta brotar de novo naqueles lugares. Porque todo ano o fazendeiro roça o pasto, entende, pra ele não dominar a pastagem. O que a gente faz? Tá deixando o gado ali, ele mantém o capim baixo, as plantas estão brotando, aí tem um monitoramento, daqui um, dois anos, não, esse ano não vai ter mais por que o mato já dominou, sombreou o capim. E, ao mesmo tempo, o mato estando baixo, o fogo é mais fácil de combater. E aí tá sendo um resultado muito bom porque deixamos de ter 12 inimigos pra ter 12 parceiros e seus familiares. Já são outros também que já são aliados do parque. E tem gente, que às vezes a gente ouve comentário: “Quem diria, tal”. Às vezes a pessoa tá sendo beneficiada diretamente e meio que lá atrás tinha essa visão que o parque ia vir pra, o discurso principalmente no Fidalgo é que o parque acabou com o lugar. Aí visto sobre outras óticas, essa casa aqui tava praticamente no chão, em ruínas. A família, todos herdeiros, o povo foi embora, tava tudo abandonado, às vezes gente da própria família pegando peças do moinho de fubá, levando, fazendo de coxo lá na casa dele e tal, aí foi a casa toda reconstruída, restaurada. O moinho está aí. Então, por exemplo, a família, vou contar uma história da dona Celeste que foi dona disso aqui. Se os netos amanhã quiserem vir, ver, conhecer, não é mais a casa da vó, virou um espaço público. E eu tenho uma preocupação que eu quero concluir esse ano, eu já pedi ao pessoal pra fazer um levantamento histórico de 20 linhas lá: “Quem foi dona Celeste Medeiros?”, nós vamos fazer uma plaquinha e colar aqui pra não virar essas coisas, Centro Peter Lund [risos]. Isso aqui, a vida de uma família que criou os filhos fazendo fubá aqui. A casa do alojamento é a casa do seu Zé Mineiro. Essa rua que a gente desceu pra vir aqui vai ter o nome de Rua José Mineiro. Ele foi um dentista prático, um dos quartos lá na casa era o consultório dele, ainda tem lá a cadeira dele, só os ferros da cadeira dele. Quando o pessoal foi reformar a casa lá, aí acharam carimbo, pinça do dentista, do tiradentes [risos]. E ele foi vereador e era um benfeitor aqui da região, ajudava muita gente. Eu falei que tínhamos que colocar lá quem foi José Mineiro, o dono da casa onde hoje é um alojamento de pesquisadores de uma unidade de conservação. Então, pra não deixar de perder esse vínculo com o lugar. Aí vem essa questão da associação de condutores que também foi uma forma de incluir, tem essa parceria com o pessoal do gado, tem essa questão da contratação de mão de obra local. Um tempo atrás nós começamos a fazer também, assim, reuniões pontuais, reuniões, quando tem uma rua, de vizinhos imediatos do parque, pra fazer uma reunião lá de esclarecimento. Então, muitas vezes, as pessoas também têm dúvidas bobas que você desmistifica aquilo ali, né? Mas agora ruim é, por exemplo, me chamaram pra uma reunião da associação de moradores, tanto também que como eu vim e fiz um trabalho na associação, aí virei gerente do parque. Aí, o pessoal, junto com esse ator político aí, meio que falou assim: “Nós vamos agora tomar a associação. A associação tá por um cara lá, que o cara usou essa associação pra ampliar o parque e agora tá tomando a terra nossa aqui, “nós temos que dar um jeito de pegar essa associação”. Aí, deram um jeito lá, arrumaram um senhor, mas você vê que a forma é muito deturpada, o que eles fazem em nome da associação. É muito triste, às vezes, ver um histórico do que foi um tempo. E a associação tinha muito a ver com a igreja, tanto que ela tem o nome de Antônio Francisco Lisboa porque tem um mito que a igreja foi construída pelo Aleijadinho, não foi. Assim como a casa, o Fernão Dias não morou lá, mas como diz o padre, os mitos não devem ser desmistificados [risos]. Até o hino de Pedro Leopoldo, tem um hino e fala ‘a capela do Aleijadinho’ e tal. Na verdade foram discípulos da escola de Aleijadinho que tiveram, ele esteve aqui próximo, na Fazenda da Jaguar, não foi ele que fez o altar da capela do Sumidouro, mas até esse nome da associação, Antonio Francisco Lisboa, deu muito peso na época pra captar apoios externos, então foi muito positivo. Mas hoje eu vejo que tem um grupo lá e tal, aí o pessoal começou nessa questão também da bridade e da reação das proibições, foi onde, por exemplo, eu fui chamado pra uma reunião, e aí na reunião vem essa turma que gosta de fazer barraco na reunião, e o cara vai e me chama e vagabundo: “Você é um vagabundo!”. Eu falei: “Ah, vocês vão me desculpar, mas assim não vai dar pra continuar aqui nessa reunião”. Então assim, uma coisa é a gente estar ali fazendo um trabalho de esclarecimento, outra coisa é cair dentro de um jogo de calúnia, difamação, esse tipo de coisa, não é por aí. Mas eu acho que eu tenho procurado atuar, às vezes até de forma intensiva, em muitos pontos as coisas são muito rápidas, acontecendo, outras assim, é o trabalho cotidiano, dia a dia, em doses homeopáticas, daquilo que a gente pode, de conduzir as coisas pra estar agregando mesmo.

P/1 – Rogério, então o parque é criado, fica abandonado por um tempo, mesmo com a legislação já dada, que não é daqui a ideia. Tem a legislação dada, até vocês fomentarem, tal. Fico pensando, por um lado, isso aqui faz parte da terra que eles frequentavam, então era tudo aberto, se pescava, se coletava, se plantava, então havia essa interação com o parque e uma hora fica essa proibição. Hoje o acesso da comunidade ao parque, você mesmo falou que tem que ser monitorado. Então uma das questões é aí, esse conflito. A minha pergunta fica: O plano de manejo vocês estão criando ou tá criado?

R – Tá criado.

P/1 – Está criado. Como que ele vê essa relação da comunidade daqui a dez anos? Como que vocês estão planejando, nesse plano de manejo, essa integração, não só por emprego, mas realmente que essas fronteiras, enfim...

R – Então, o plano de manejo prevê, por exemplo, essa questão da pesca com monitoramento, mas considerando esse aspecto cultural. Existe um programa no plano de manejo que é a relação com o entorno. E nessa relação com o entorno, a gente tem, por exemplo, a questão não só de prestação de serviços, mas também de adequação de, por exemplo, aqui de frente, do outro lado, colado em Fidalgo, tem uma área que foi proposta pelo plano de manejo pra ser uma área de lazer de uso da comunidade, com playground, com espaço de quiosque pra lazer, essas coisas assim, e que também seja um espaço pra trabalhar educação ambiental. Então, é tipo um pasto assim, colado em Fidalgo, ali já foi projetada uma área para uso da comunidade, de lazer etc., e fazer mais essa transição de acesso e uso de outras estruturas do parque. Com relação, por exemplo, você tem sedes aqui de fazendas ou sítios, que estão dentro do parque, que ficaram umas chácaras, chácaras mais velhas. Então tem uma proposta de cadastrar docerias, o pessoal fazendas áreas pra que esses frutos sejam destinados pra uma produção artesanal de doces. Tem essa questão do moinho de fubá, e tem uma fazenda que não foi desapropriada que existia um alambique lá, então eles propõem que esse saber de operar um alambique, de operar um moinho de fubá, seja feito num processo consorciado com a comunidade. Tem sistemas, às vezes, que o pessoal usa de fazer a meia, fazer não sei o quê, ou é coletivo o sistema lá. Então são pontos que estão sendo citados. Tem um projeto que também, já é uma portaria, a comunidade não paga pra entrar, é só apresentar um comprovante de endereço e ele tem livre acesso, livre acesso assim, não é mais que o cara sai andando, vai pra onde quiser porque tem o zoneamento, tem as áreas de uso público, tem as zonas mais restritas do parque que é mais pra refúgio de fauna. Mas, ao mesmo tempo, tem mapeado, por exemplo, circuitos pra bicicleta. Como por exemplo, essa estrada que nós viemos até aqui, é um circuito pra cicloturismo etc. E aí tem o passante, o cara da comunidade aqui que tá indo pra outra comunidade ali, hoje ele não pode passar, mas a ideia é que na hora que estiver estruturado esses circuitos de bicicleta, tem a guarita daqui que ele chega, se apresenta lá, ele passa e vai pro outro lá. Por exemplo, ele tá indo trabalhar de bicicleta. Tem um projeto na orla, do lado de lá, que isso eu to tentando marcar uma reunião com a prefeita e querendo articular algumas parcerias com o município de Pedro Leopoldo, antes que seja tarde porque tem uma nova coisa acontecendo com relação ao parque e talvez daqui a 20 anos a gente pode estar olhando pra esse momento de agora e estar dizendo: “Nossa, aquele ponto ali a gente não tinha pensado naquilo naquele momento”, ou “A gente já tinha um receio que isso acontecesse a aconteceu”. Eu vou esclarecer melhor o que é, mas aqui chamam trilha da saúde, que é você ter a parceria com o programa de Saúde da Família tanto aqui quanto lá na Lapinha. Lá na Lapinha já está começando a deslanchar, lá tem as academias livres, igual tem em praças em Pedro Leopoldo, então no povoado tem academia livre e a ideia é o pessoal sair, entrar no parque fazendo uma trilha e volta pra academia livre. Só que aquilo tem o agente de saúde ali, o programa Saúde da Família, é uma parceria no sentido que está sob o monitoramento deles, com os usuários, os moradores locais que usam desse serviço. Então aquela caminhada que tem na Fazenda Modelo, em tese, seria um local para a prática da caminhada livre, porém em certos setores, por exemplo, meio que tá passando na borda, isso para o morador, quer dizer, está passando na borda do parque ou está fazendo o circuito mesmo de entra e sai. Mas, de repente, por exemplo, de seis às nove da manhã e de três às seis da tarde. Então a gente sabe que tem um fulano andando ali, não, ele tá caminhando. Porque tem aquele que entra pra caminhar, mas, de repente, já tá indo fazer outra coisa, já tá indo nadar. É algo nesse sentido. Aí tem um aspecto também que era a questão, era tudo assim, sem propriedades, uma lagoa que era espaço coletivo, cada um chega e faz o que quer, ‘tatata’. Aí, de repente, chega um parque, põe cercas, tira esse gado e tal, e aí vem um plano de manejo, e num primeiro momento é meio que necessário ter uma quebra meio radical! Agora nós já estamos na fase de começar a implantar programas, de começar a abrir os portões. Já tem essas visitas gratuitas, isso já foi divulgado, sempre a gente tem que estar divulgando. Tem pessoas que foram nascidas aqui, com 70, 80 anos, nunca entraram na Gruta da Lapinha, senhor assim, chegava lá: “Nossa, que lugar belo”, isso no fundo do quintal. Aí também tem um outro lado, ver o lugar com outros olhos, ver o lugar com essa questão de até onde, como um professor da PUC [Pontifícia Universidade Católica] uma vez comentou com um pessoal, professor Carteli, falando assim: “Olha, vocês têm que valorizar demais aquele lugar que vocês moram. Aquele lugar não é um local comum no planeta, aqueles atributos, aquele relevo, tal”. Imaginem como alguém que mora em Veneza, morar em Veneza deve ser bem caro, né? [risos]. Mas, assim, esse lugar representa uma porção do globo que está entre lugares raros, e quem é mais responsável por esse lugar senão nós mesmos que moramos aqui? Então isso é uma questão pessoal minha, do Rogério, não é como gerente, que eu sempre coloquei que é essa questão de que são os próprios moradores que vão ser os maiores, não são os órgãos públicos, são os moradores os maiores responsáveis por dar o real valor que esse lugar tem. Aí vem essa questão de que as próprias pessoas e a necessidade da educação ambiental, de trabalhos como esse do Museu da Pessoa, do tempo inteiro estar trazendo à tona, por isso que te falo que está oculto e as pessoas transformem consciência em comportamento. E aquilo que a gente tem, que é uma cultura predatória, por exemplo, que vem com Fernão Dias e ficou, e que à medida que vem essa questão de mudar a concepção de modelo de desenvolvimento pra esse lugar, que tenha, por exemplo, uma das vertentes o turismo, um turismo planejado etc, que valorize essa cultura, esse patrimônio imaterial, os saberes e os fazeres, que isso seja contemplado, mas de uma forma que a gente possa ter uma economia da conservação. Então ter 60 pessoas que trabalham, estão recebendo um salário para trabalhar num parque, pra, em tese, preservar. Você ter pessoas que têm uma economia do entorno que está uma rede de serviços de hospedagem e serviços de apoio que podem estar agregando. Numa dessas palestras de reuniões de esclarecimento na comunidade, aí a gente comentando o que significava o parque, e todo mundo temeroso e tal. E aí teve uma menina que, ao ver a palestra, a atividade, depois ela falou: “Ah, então quer dizer que eu achava que eu ia mudar o que eu penso ou meus planos, tudo em função desse parque, mas eu tô vendo que sendo do jeito que a gente é e valorizando as coisas que a gente tem é o sentido do parque”. Porque ela achava que ela ia ter que mudar em função do parque, só que ela, por exemplo, é de família ligada ao pessoal do Congado, ela trabalhou na restauração da capela, como auxiliar de restauração, então meio que do tipo, aquele discurso que o parque vai acabar com o Congado, vai destruir todo mundo. Ela já se viu que as coisas que ela já faz, que ela pensa e tal, as tradições estão no escopo, que ela está alinhada. Eu achei isso bem interessante. Agora, a questão dos causos, né?

P/1 – Você tem uma experiência longa. O que você já vivenciou nesse parque que você fala: “Nossa, teve um dia...”

R – Teve um dia que foi muito interessante também que o senhor João Leiteiro, esse é um, ele tem um terreninho dele fora do parque e tinha uns dois dentro, e ele foi desapropriado, mas até hoje, mancando com a bengalhinha dele, ele vai lá, tira o leite dele, leva num carrinho as garrafinhas pet cheias de leite. Porque isso é o sentido da vida dele, eu acho que se ele parar de tirar leite, e tipo assim, com meio milhão de reais depositado no banco [risos]. Eu falei: “Ô seu João, o senhor recebeu lá seu João? O dinheiro tá lá, seu João, o senhor tem que ir lá, vê com o advogado do senhor lá, é um dinheiro bom seu João”. Ele: “Ahhhh, foi pouco! Não foi o que eu esperava não”. “Por que, seu João?” “Ah, os paus?” “Que paus, seu João?” E ele: “Ué, ah, as árvores, tem muita madeira lá, se eu for vender a madeira, tinha que me pagar a mais.” [risos]. Aí eu falei: “Ê seu João! Esse povo é danado, quem mais preserva não recebe, quem desmatou recebe mais”. É uma injustiça danada. E teve um caso também muito interessante que foi dessa fazenda aqui que o pessoal foi receber o dinheiro no banco lá. Aí um senhor muito simples e ele nem dormiu

naquela noite porque ele tinha conta no Banco do Brasil e o pagamento do precatório era, a carta do alvará pra eles levantarem o dinheiro no banco era na Caixa. E ele sem saber como ia levar esse dinheiro da Caixa lá pro Banco do Brasil, e aí na hora que ele falou com o gerente: “Ô doutor, então eu trouxe essa sacolinha aqui, mas tô sem jeito”. Ele foi e falou assim, o gerente: “Não, meu senhor, não se preocupe, que aqui nós temos o TED [Transferência Eletrônica Disponível] e o Doc [Documento de Ordem de Crédito]”. Ele falou: “Ah, se puder um de cada lado eu fico mais tranquilo.” [risos] Então são coisas desse tipo, um pessoal simples, né? E tem casos aqui de funcionário, por exemplo, que já ficou grávida, os funcionários do parque, então eu falei que uma era monitora e o outro era um guarda parque. Aí eu falei: “É, esse negócio de sair filhote do parque, se pelo menos sair um brigadista que apaga fogo tá bom” [risos]

P/1 – Isso é uma questão aqui do parque? Tem esses problemas de incêndio?

R – Tem, tem.

P/1 – Mas de incêndio causado, não natural?

R – Tem Geralmente são vandalismos, incêndio, às vezes, de pessoal fazendo ato de maldade mesmo. Mas o maior foco é beira de estrada, margem de rodovia, quando a pessoa passa e põe na beira de estrada. Então a gente, à medida dos anos, a gente tem um programa de asseiros, que a gente tem intensificado, começando mais cedo, parcerias com empresas no entorno que cedem máquinas pra gente também fazer melhorias dessas estradas internas, desses asseiros. Todos os funcionários, praticamente, são brigadistas, são treinados. Então, às vezes a gente tem vários focos, mas a nossa chegada é rápida, até evitar proporções maiores. Esse ano nós tivemos um aqui, queimou uma área até bem grandinha. Mas, dos problemas que a gente tem aqui, mais é essa pesca ilegal, até de rede quando a lagoa tá cheia. A questão de caça não é algo que está presente, podem acontecer casos pontuais, a gente observa uma fauna já voltando, inclusive veado, raposa, muito coelho, até pequenas oncinhas, tipo onça parda já foram visualizadas mais recentemente. A pressão da questão do gado, depois dessa parceria, mas sempre tem um ou outro dessa questão de período seco, aí o gado rompe cercas que não estão boas, então são problemas que a gente tem, que fazem parte da rotina. Por outro lado, a há a intensificação de visitas de escolas, principalmente para fazer a trilha e gruta. Então, por exemplo, para as pessoas do lugar, quando a gente fala que recebemos 38 mil visitantes, as pessoas não acreditam. E a média da gruta, na época da prefeitura de Lagoa Santa, era de 18, 20 mil turistas. Então de um lado você tem um público que a maior parte vem de Belo Horizonte e, durante a semana, escolas das mais diversas, desde universidade até crianças menores. Hoje nós estamos fazendo agendamento pra dezembro já, isso tem intensificado. Com a inauguração lá daquele museu, Peter Lund, a vinda dos fósseis da Dinamarca, toda aquela mexida lá, deu uma requalificada no espaço e também a gente percebe o perfil do turista, a gente tem recebido turista muito estilo que vai no Inhotim e vem aqui é muito diferente o Inhotim daqui, mas assim, são turistas até de uma faixa de renda maior, com dinheiro no bolso pra gastar e, às vezes, a gente tem pouco o que oferecer. Então, por exemplo, eu to tentando agilizar essa questão do cicloturismo pra ser mais uma opção, esse projeto do Trilha da Saúde na questão da agregação. Nós estamos com um projeto que é o Cinema na Comunidade, um filme do Peter Lund que a gente vai exibir em local público nessas três comunidades, isso pra já, até esse fim de ano. Porém, pro ano que vem, está aberto um processo de consulta pública para se implantar uma parceria público privada. Então vai ser a primeira parceria público privada de unidade de conservação no Brasil, e isso é um processo no qual o governo faz um contrato de 30 anos com uma concessionária pra ela cuidar da manutenção do parque e essa manutenção é conservação e os programas de manejo vai ser a garantia de ter dinheiro porque eu tenho plano de manejo, mas eu tinha uma previsão de 25 milhões de reais para executar os programas previstos em cinco anos. Eu trabalho sem saber quanto eu vou ter de orçamento porque a gente não tem orçamento garantido. Então a questão da parceria público privada garante um orçamento, um contrato com uma concessionária que vai implantar os programas previstos, porém, o estado paga pra ela fazer e abre-se a ela possibilidades de desenvolver atividades empreendedoras respeitando o plano de manejo, que vão gerar receitas e o estado sócio nessas receitas que vão diminuir o tanto que o estado paga para aquela concessionária. Essa é uma lógica e aí tem três linhas de atuação que são: conservação, a concessionária assume o papel da conservação, ações num âmbito da relação com o entorno e ações no âmbito do turismo. E tem metas que a concessionária tem que cumprir, desde aumentar o número de turistas estrangeiros, fazer um trabalho, um call center que o cara vai ligar, tal, ‘olha, não gostei disso’, então também o concessionário vai receber conforme a satisfação do usuário. Então pode ter um cara: “Você esteve lá no parque, o que você achou, gostou? Qual a nota que você dá?” Coisas desse tipo. E no caso da relação com o entorno tem aspectos, por exemplo, da mão de obra, ela vai ser mais remunerada se ele absorver mão de obra que tenha no mínimo um ano de experiência, seria uma forma de trazer gente daqui que já está aqui. Porém, há uma apreensão que a gente não sabe, não tem a garantia que ele vai absorver 100% de quem está aí hoje. Geralmente empresa trabalha com uma lógica de gestão de custo, enxugamento, nem sempre tem essa questão da função pública da questão. A gente fica apreensivo por um lado em relação a isso. A outra questão é que o fato de ter recursos pra transformar o parque num local que atraia turistas ou que o parque seja uma excelência na gestão e conservação da fauna, dos sítios arqueológicos, das cavernas e tal, ser um parque modelo, isso por outro lado é uma inovação. Aí a gente fica aqui ralando pra administrar, arte de gestão da escassez, aí depois fala assim: “Não, você é do modelo velho, você não serve. Aqui nós queremos gente que saiba trabalhar todos os recursos disponíveis”. Então é algo também nesse sentido, o perfil de funcionário que pode se buscar podem ser outros funcionários.

P/2 – Isso é pra quando?

R – Já está aberta a consulta pública até outubro, então você acessa o site ppp.mg.gov.br, aí tá lá, você baixa, tem já o modelo do edital e os cadernos de obrigações da concessionária. E talvez lá pra maio do ano que vem, se tudo correr certo, a licitação e se aparecer uma empresa louca que tope esse tipo de negócio, né? Mas assim, tem recurso e já existe, essa questão de parceria público privada é uma cultura nova.

P/2 – Vai ser uma nova mudança, um novo baque.

P/1 – Na verdade eu nem vou entrar no mérito aqui.

P/2 – Porque a nossa bateria está acabando. Deixa só pra gente concluir. Rogério, você já falou muita coisa legal, você já falou muitas mensagens

bacanas de associativismo. Mas assim, falando pra comunidade, qual que é uma mensagem que você deixa pra comunidade daqui, de Quinta de Fidalgo, que tem todas essas questões com o parque, você sabe melhor do que a gente. Deixe sua mensagem

R – É uma oportunidade ótima. Deixando uma mensagem aqui, que é uma mensagem que acima de tudo, para despertar essa irmandade, esse vínculo com o lugar, em que amar e respeitar o lugar com tudo o que acontece que independe de mim ou da própria população, dos anseios da população, mas que a população é importante saber, fazer do limão uma limonada. É importante buscar, que os benefícios a gente pode construir em termos de situações que a gente usufrua dos benefícios que estão por vir. Então de um lado você tem um lugar que é cheio de regras, de legislação, de normas federais, estaduais e municipais onde o lugar não pode virar uma bagunça, então é uma responsabilidade muito grande de quem exerce um papel aqui na comunidade de promover, seja o bem-estar, seja o desenvolvimento local, é muito importante se apropriar dessa condição que se aqui é um lugar que é um lugar que tem muitas restrições, por outro lado não é um lugar qualquer. Então, a partir daí, será que é um lugar, por exemplo, que se a gente não abrir os olhos, a gente não quer que aqui vire um lugar caótico, cheio de bandido, de criminalidade ou de crescimento desorganizado, de esgoto passando na porta dos outros, de falta de condições sanitárias e de acesso etc. Então, eu acho que é muito importante que a população invista mais em construir projetos, pequenos projetos para não só da valorização do que já tem, do que já é valor que tá aí, como, por exemplo, a festa do Congado. Vamos fazer projetos em que a festa do ano que vem, os problemas que aconteceram esse ano, vamos no ano que vem trabalhar pra que os problemas não ocorram, que cada um assuma um papel, uma responsabilidade que valorize as tradições dos mais velhos, que se crie projetos para que as tradições possam ser trabalhadas para os mais novos absorverem também as tradições como o Candongue, o Congado, as Quitandas, os doces, as brincadeiras, isso tudo é algo que faz parte da riqueza da comunidade, mas que, ao mesmo tempo, tá se perdendo. Então assim, hoje, a Fidalgo, por exemplo, tá ganhando uma nova escola que está sendo construída. Essa escola vai refletir também em novas gerações que virão com condições de educação que se pensa cada vez melhor. Então assim, que a educação seja uma aposta de ser cada vez mais relacionada com a melhoria do próprio local, começado dentro da casa de cada um, passando pela escola, e aí atingindo os movimentos sociais locais. De termos presenças das entidades locais junto também aos conselhos e às políticas municipais. Então, por exemplo, se a Saúde não tá bem, mas quem aqui acompanha os programas de Saúde, de gestão do município? E assim vai em relação à Segurança Pública, à Cultura, o apoio à Cultura da região. Hoje a gente tem uma arrecadação que pode não ser muita, mas hoje Pedro Leopoldo arrecada mais de 100 mil reais por ter o parque no ICMS [Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços] ecológico. Por que não trabalhar para que esse dinheiro seja revertido para programa nessas comunidades? Então vamos trabalhar pra buscar isso. Patrimônio cultural. Se juntarmos turismo, patrimônio cultural e meio ambiente, dão mais de 200 mil reais por ano. É pouco? É, mas se revertidos pra projetos aqui, com certeza poderiam estar criando condições da gente, não só preservar, mas incentivar um modelo de desenvolvimento pra região que não seja tão conflitante, que não vá contra a maré, mas sim usar a maré pra aliar, pra dar saltos promissores pro lugar. Então, essa é uma mensagem que eu acho que fica em termos de nós estamos num momento muito crítico e muito tempo foi perdido em não buscar se adequar às exigências, seja de legislação ambiental, seja das oportunidades que estão se abrindo. E essas oportunidades, muitas vezes, vão dar lugar pra pessoas que virão com olhares mais empreendedores, por exemplo, e vão criar estruturas aqui e montar negócios, e as pessoas do lugar muitas vezes vão estar, vamos dizer assim, num lugar à parte desse desenvolvimento, né, meio que preteridas do processo, mas talvez até porque faltou um movimento de mais atitude no sentido de construção coletiva. Então a desunião prejudica muito na medida que, ao invés de ficar brigando movimentos dentro da própria comunidade ou brigando, disputando uma comunidade com a outra, elas poderiam se unir pra poder construir um projeto, e não é um projeto só pro ano que vem, nem pra véspera da eleição não. Criar um projeto de 10, 20 anos pro lugar. Eu conheço lugares, por exemplo, que se especializaram em produzir coisas, a economia do lugar é forte, mas assim, não se tira nada da natureza naquele lugar, são lugares que especializaram em prestação de serviços, ou de manufaturas onde os produtos vêm de outros lugares. Então assim, a atividade da pedra, a atividade mineral, é uma tradição, é uma vocação, mas ela não tem mais como ser o suporte de toda economia do lugar, então pra isso é importante diversificar, é importante apostar em outros serviços pro lugar. E apostar em outros serviços é pensar no futuro que os nossos filhos e nossos netos vão ter nesse lugar. O que a gente pensa pra que eles não tenham que sair daqui e mudar pra outros lugares cada vez mais distantes, temos que criar uma condição das outras gerações permanecerem aqui e perpetuarem essas tradições que ainda são parte dessa riqueza. Então de um lado a perda da relação da comunidade com o campo, ou com o meio rural, em sua maioria não é só devido ao parque, é muito em função dessa questão da metrópole que está chegando, da urbanização e de parcelamento de solos, loteamentos etc. Então isso já vem acontecendo, agora é pegar essas riquezas que foram herdadas das gerações passadas que faz desse lugar um lugar que tem um lastro de raízes históricas e pré-históricas é o grande diferencial de Quinta e de Fidalgo. Então é muito importante se orgulhar disso a ponto de, por exemplo, existe uma proposta e nós temos toda a vocação de, por exemplo, termos uma candidatura à Unesco como Patrimônio da Humanidade ser aprovada. Mas, se não houver um desejo local, não houver um abraço a querer que esse local se transforme em Patrimônio da Humanidade por parte da população, nunca vai ser, não vai ser um órgão que vai chegar e julgar um título aqui de Patrimônio da Humanidade. Agora, são raros os lugares que são considerados Patrimônio da Humanidade junto à Unesco, né? Então pra isso, toda essa condição, é muito importante também a população saber o que é, construir enquanto um projeto futuro, mas considerando qual é a importância que esse lugar tem pra além de Pedro Leopoldo, além de Fidalgo e Quinta, essa importância que aqui tem no âmbito de Minas Gerais, no Brasil e em relação ao próprio planeta. Então, ainda assim a gente vê que novas gerações já começam a visualizar tendências de, por exemplo, terem como viver num ambiente em que você tem uma economia da conservação. Agora, esse momento que a gente vive, de uma transição de pessoas que estão associadas a um modelo de economia onde só se preocupa em garantir o almoço e o jantar de cada dia, e muitas vezes infringindo a legislação, fazendo uso de situações que podem ter implicações punitivas, ilegais e tal, sem maiores consequências, então isso não é cabível em pleno século 21, né? Então a gente precisa de pensar mesmo o lugar sob uma perspectiva de um lugar que seja promissor, que seja um local onde as pessoas tenham renda, possam garantir o trabalho para os seus filhos, para os seus netos. E a ideia é fazer dessa riqueza que o lugar tem, saber fazer disso um produto mesmo que possa assegurar uma sobrevivência nessa maré de mudanças que a gente vive constantemente.

P/1 – Ok, pessoal, vocês têm alguma pergunta, alguém? O que você achou, Rogério, de contar a sua história?

R – Então, até eu queria, falando dessa questão que a gente tava falando de parceria público privada, é porque isso vai gerar uma outra coisa. Eu falo assim que eu fui gestor da implantação, praticamente assim, do processo de implantação do parque. Então um primeiro momento veio essa questão de desapropriação, primeiras estruturas etc. Aí depois veio o Museu, a estrutura da Gruta. Aí depois que foi inaugurado lá, e funcionários, né? Chegou então, e o plano de manejo, então agora vamos começar a gerir o parque. Aí vem essa questão de parceria público

privada, quer dizer, já é outra coisa. Então, essa questão de ver uma perspectiva que a gente vai poder começar a trabalhar dentro de um plano mais estável, com essa questão muda-se também. É mais uma coisa nova que a gente fica apreensivo.

P/1 – Isso é uma iniciativa de vocês, não é de fora pra dentro? Vocês que pensaram sobre isso, né, nessa parceria? Ou vem do estado?

R – Não, vem do estado. Mais do que o estado, o estado pensou em alguma coisa assim porque essa questão de criar uma estrutura que, às vezes, não tem perna pra gerir. E o que é pior, é a questão do balanço de 4 em 4 anos, os ventos políticos. Então hoje isso é uma prioridade, amanhã não é prioridade e tal. Tem seu lado também interessante, na perspectiva que a gente faz um contrato de 30 anos que não fica instável a essas condições dos ventos políticos, é muito complicado pra se quebrar o contrato que envolve grana e tudo o mais. Agora, tem um processo que é, por exemplo, existem muitos interesses envolvidos nisso. Por exemplo, o parque entra como uma opção de lazer num projeto maior que é o projeto de indústrias de alto valor agregado no entorno do aeroporto e essas pessoas vão fazer o que nos finais de semana? Mão de obra altamente qualificada, o cara que dá manutenção numa turbina da Boeing, o cara que tá numa indústria de microeletrônica ou o pessoal do Fashion City, o que a gente tem que oferecer pra esse pessoal? Então aí vem essa questão, também. O parque, nessa ótica, ele é um parque metropolitano e ele não é um parque, e isso também é um ponto de conflito e é muito chato pensar como morador como nativo. O parque não é pra mim, nem pro morador aqui de Fidalgo, o parque não é pra nós. Apesar de nós termos isenção, podemos frequentar, mas o parque é para uma população de milhares de pessoas dos mais diversos lugares do mundo pra virem pra cá. Então também é um outro ponto é que ela vai ser uma educadora dos programas de Educação Ambiental com os alunos no entorno, aí ao mesmo tempo a gente tem que se adaptar às mudanças e, ao mesmo tempo, a gente tem que criar mecanismos também para que haja um olhar do setor público para uma política social, né? Isso deveria ser uma via de mão dupla, mas, às vezes, eu acho que a comunidade fica dormindo demais, custa acordar e se articular, movimentar e construir propostas que sejam de benefícios mais amplos pra todos. E de outro também, o público olha com o olhar dele, de lá pra cá. Então ele olha aqui, aí tem muito envolvimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico nesse projeto, é um interesse dela, da PPP [Parceria Público-Privada], e de Meio Ambiente também, mas a de Desenvolvimento Econômico. Quando eles olham aqui, que esse ativo ambiental também é um lugar para atividades para um modelo de desenvolvimento turístico, que também vai gerar renda, vai criar atrações pro pessoal que vem fazer negócios e tal, eles olham com esse olhar, ah tá. Mas do lado de cá, a nossa capacidade crítica e de análise, de algo que a gente nem tem dimensão do que está pra acontecer aqui nesses 20 quilômetros no entorno do aeroporto que já está tudo na cabeça dele, já tem um planejamento, já contrataram consultorias de Cingapura pra fazer a chamada cidade aeroporto. Então imagina ter uma metrópole projetada aí com um foco vindo pra cá, com um eixo, porque nós não temos mar, então a ideia é sair por aeroporto, né, e sair desse modelo e vender minério de ferro a preço de banana e ter também indústrias de alto valor agregado. Então como é que isso, pum, despenca aqui numa família, por exemplo, que é família de Reizado, de Congado. O que isso tem a ver, em que isso vai afetar a vida deles? Pode afetar e muito. Mas, por exemplo, a atitude, também aquela atitude de: “Ah, nós somos atingidos, somos prejudicados, então a gente quer uma bolsa, bolsa atingido”, também eu acho que é um erro ficar esperando uma compensação cair de graça. E a gente peca muito pela gente não ter um modelo, um projeto local, coisa que sempre ficou que a política se mistrou muito com isso, essa política local, e aqui sempre foi ponta de município, aquela coisa mais distante, funciona na época da campanha, da eleição, dá o voto lá pra sede e depois fica aquela conta aqui. E a elite sempre dividiu no poder pra quem leva mais voto pra ter uma sustentação num elo lá de favores e tal com a sede. Mas, vamos dizer, não falo elite econômica, mas as pessoas de bem querer da comunidade que poderiam já há mais tempo terem se juntado pra pensar um modelo mais, vamos dizer assim, vocacionado localmente, que dependa dos próprios atores da comunidade, né?

P/1 – Você acha que o parque está andando por um caminho separado dos interesses da própria cidade? Ou está andando junto?

R – A grande questão são mudanças políticas, então tanto Lagoa Santa quanto Pedro Leopoldo, os candidatos que ganharam eram candidatos de oposição. Então criar, como agora, já vamos pra oito meses de governo, e agora tá começando a ter mais aproximação. Até que o pessoal chega e tal, toma pé da situação, agora que eu to tentando trazer a prefeita, a Patrícia Rafael, pra conhecer o parque, até hoje a Patrícia não veio. E eu acho que rodar com a gente, igual vocês foram com a Vanessa ontem, vocês vieram aqui, você vê o parque de dentro pra fora, né, não o parque que vê da boca dos outros pra dentro, então, agora que a gente tá começando. Só que é isso, as coisas mudam, então o município tem seu plano diretor que precisa ser revisado, aí o plano diretor tem que ter uma consonância com o plano de manejo do parque também e por aí vai.

P/1 – Ok. O que você achou da entrevista? O que você achou dessa experiência de contar um pouco dessa sua história, de lembrar um pouco do passado, pensar muito do presente?

R – Eu falei até dessa questão de análise do discurso, que muitas vezes a gente precisa de falar pra se escutar, né? Até pra gente ver como a gente está com relação ao pensamento. Mas, às vezes, eu vejo que a gente oscila nessas questões do que é e, ao mesmo tempo, às vezes a gente se queixa um pouco, às vezes eu acho que essa questão de como gostaria que fosse, né? E nada é ideal e tal. E principalmente por ter essas zonas de conflito, então ter a oportunidade de expressar, de colocar meu ponto de vista, e eu sempre aprendi essa coisa, a verdade, ela nunca é única. A minha verdade é uma verdade que só se faz a partir do momento que compartilha com outros, né? Então, muitas vezes, eu posso ter contado aqui, falado tudo, pode ter sido uma mentira, mas, em tese, na prática, eu expressei o que, pra mim, é de verdade, né? É autêntico, é original. Então essa questão de oportunidade de estar de coração aberto falando pra situações das quais eu já vi que as pessoas usam d mentira pra poder confundir as pessoas ou pra poder fazer a mentira se transformar numa verdade. Então a gente, às vezes, fica um pouco chateado de ver que como tem gente que nunca conversou comigo, nunca trocou uma palavra, nunca me procurou pra pedir uma informação, me trata como um inimigo. Então eu acho que foi um momento, eu fico pensando, se essa entrevista fosse há cinco anos, em relação à questão da história, eu falo que a história do parque e a minha história se confundem, né? Mas quando eu olho e vejo a capelinha restaurada, a calçada lá no Sumidouro, a Casa Fernão Dias restaurada lá, tendo um papel, e outras coisas que a gente não conseguiu, mas vai trabalhando aos poucos, amanhã virão outras pessoas, talvez outros projetos vão aflorar aí. Essa questão do parque e até o cara que trabalhou no plano de manejo, ele falou: “A gente não tem dimensão que um parque é para sempre”. Você não vê um parque ser, por exemplo, um parque durou 50 anos e deixou de ser parque, então assim, quando você vê que o parque é para sempre, o papel que o parque vai ter, lá na frente, quem sabe, a gente vai poder ver lá do futuro esse presente aqui de uma forma mais tranquila, mais... A gente tenta acertar o máximo possível e a gente erra muito. E essa questão de analisar novas

possibilidades de acerto, de foco, de querer que a gente trabalhe pro bem comum, onde as pessoas possam usufruir e trabalhar também numa condição em que, em tese, a gente possa estar construindo essa história do cotidiano, né? Que eu acho que tem a ver, tem coisas que já me aconteceram no parque, a gente recebe uma notícia que foi pra uma reunião de assinatura de um termo de acordo entre a Vale e o Ministério Público e o IEF porque a empresa vai bancar toda a restauração de um conjunto de uma fazenda histórica no parque. Aí eu saio, venho pra cá e falo: “Nossa, hoje foi um dia histórico”. Tipo assim, foi uma coisa que aconteceu ali, ótimo, beleza. Às vezes, tem certas situações que são situações pequenas que acontecem no dia a dia, mas que você: “Nossa, mais um dia histórico” [risos], sabe? Aí, às vezes, são situações que só vão refletir lá na frente. O dia que a gente, por exemplo, a primeira vez que a gente consegue um, teve isso também, a resistência de patrocinar alguma coisa no parque, fazer algum projeto que associa ao parque porque não sei o que vai dar aquilo, ou aquela coisa da imagem ruim do parque, ou pode gerar desgaste político. Alguém que fala assim: “Não, eu vou apostar aí nesse negócio”. Às vezes, o dia que você consegue alguma coisa na prática, que a pessoa quer vincular e tal, aí falo: “Oba, foi mais uma coisa importante ali”. E os funcionários aqui não vêem que eu tô fora em uma reunião, tô fazendo outra coisa e tal, falam: “Onde é que tá o gerente?” Aí pode parecer que, por exemplo, eu fico numa atividade de planejamento fora três dias e tal, às vezes, o pessoal tá aqui trabalhando e reclama: “O gerente não tá aqui”. Aí sempre eu tenho que estar trabalhando com eles também e falando: “Olha gente, o que eu faço, muitas vezes eu to lá pra trazer um benefício pra nós, uma situação”. Aí vem o outro lado também que você falou, o mesmo Estado que toma é o mesmo Estado que pode dar. Por exemplo, agora nós estamos numa fase que o ônibus não vai lá na gruta. São poucos os horários e tal, de Lagoa Santa, e esse tem um Pedro Leopoldo-Lapinha que vai até um distrito lá na frente e não sobe na gruta. Então você vê que o transporte público está desvinculado do usuário do parque e os trabalhadores também. Os trabalhadores moradores daqui, pra poderem ir, tal, a gente tem que encher os carros, aquela coisa toda. E eles ganham vale transporte, às vezes vão a pé, um quilômetro a pé pra chegar. Então por exemplo, nós estamos trabalhando pra mudar a linha passar, que vai beneficiar moradores, vai beneficiar turista e tal, mas isso depende do quê? Tem que fazer ofício, mandar pro órgão da prefeitura, DER [Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais], indiretamente vai ter um ganho. Aí outras coisas que a gente fica trabalhando, tem um projeto de câmeras de monitoramento, e aí tem os pontos estratégicos que estão assim, tipo na Casa Fernão Dias, na porta, vai ter câmeras ali. Indiretamente já é um ponto da segurança da comunidade, que as imagens ali, é rota de fuga, aí tem um outro ganho. Tem essa questão de fazendeiros, às vezes, que chamam os brigadistas pra apagarem fogo lá na fazenda dele, um trabalho que a gente vai fazendo. E aí, eu falo assim, por exemplo, a gente pensar em ter uma maior proximidade com o policiamento, no caso, por exemplo, que vindo o turista pode atrair bandido, mas você tem que melhorar a segurança pra atender o turista, mas indiretamente a população ganha, né? Então são por essas coisas assim que o trabalho é muito lento. É igual eu falo sobre o trabalho da restauração da mata, que tinha hora que tinha vontade de acelerar o filminho ihhhh, pra ver as arvorezinhas. [risos] É igual você está com cachorro pequeno em casa que, às vezes, você sai e quando você volta: “Não, cachorro cresceu, né?”. Ou então você tem um sobrinho que você fica sem ver, né? [risos] Aí rapidinho o menino estica. E aqui tem essa coisa assim, às vezes a gente tá no dia a dia, a gente não percebe, mas tem gente que entra e fala: “Nossa, mas o mato ali cresceu demais”. E da mesma forma, essas pequenas ações que vão pipocando, e aí a transformação vai acontecendo assim, mais na soma das pequenas ações do cotidiano. Então amanhã, eu falo de amanhã, eu tenho muito essa consciência de amanhã eu não estar aqui nesse papel, mas de poder estar tranquilo com a minha consciência de circular numa boa, ou de as pessoas que me procurarem e quiserem, que eu possa ajudar em alguma coisa como eu sempre procurei fazer desde que eu me envolvi na questão, seja no trabalho lá da capela, esse tipo de coisa, sempre ter muito esse lado de fazer a mediação da comunidade com outros atores que são parceiros. E aí tem um ponto também muito legal na região, que é a gente consegue muitos parceiros aqui, trazê-los aqui e encantá-los, sabe? [risos] Essa coisa do ter padrinho. [risos] Por exemplo, às vezes você conhece a pessoa, fala do lugar e tal, às vezes ela acha que é um lugar como outro qualquer, né? Mas você precisa de, às vezes, estar com problema no transporte, nada como ir lá e pegar o cara que é o responsável e tal: “Vamos combinar de um domingo você ir com a sua família, vamos passear e tal”. E aí fica tudo muito mais fácil quando ele recebe um pedido, ele sabe do que você tá falando, né? Então, agora, também tem esse problema. Muita gente vem: “Olha, mas que lugar legal, tal. Eu quero comprar um lote pra morar aqui. Como faz?” [risos] “Olha, não acha pra comprar aqui não, é bem difícil.” [risos]

P/1 – Bom, Rogério, em nome do projeto, em nome do Museu da Pessoa, do Instituto Camargo Corrêa, queremos agradecer muito a sua entrevista.

R – Eu que agradeço a oportunidade.

P/1 – Muito obrigado.

P/2 – Muito obrigada, aprendi muito.

R – E parabeno tanto o Museu da Pessoa pela iniciativa e, principalmente, a InterCement, pela iniciativa que veio a calhar assim com essa riqueza aqui, que a gente precisa trazer ela à tona, mostrar mesmo. Então assim, que esse acervo possa se desdobrar em vários produtos, né, que eu acho que a gente vai ter pedra bruta aí. [risos]

P/1 – [risos] Pode ter certeza.

P/2 – A ideia é levar pras escolas também. A Patrícia tá super entusiasmada, envolvida, dando todo o suporte, né? E assim, te agradecer também por todo o apoio, Rogério, que você vem dando pra gente, disponibilização de Vanessa, ter disponibilizado aqui, como é que chama o lugar?

R – O alojamento.

P/2 – O alojamento pra gente poder ficar.

R – Ficou meio fora de mão na logística sua, mas sabe que está à disposição, se vocês depois quiserem também fazer reunião de trabalho, tá, qualquer atividade, fiquem à vontade.

FINAL DA ENTREVISTA